PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS

CADERNO DE ENCARGOS

Índice

PARTE I - CLÁUSULAS CONTRATUAIS

Cláusula 1.ª|Objeto
Cláusula 2.ª| Disposições que regem o contrato
Cláusula 3.ª| Duração ou vigência do contrato
Cláusula 4.ª|Data de efeito da transferência de risco
Cláusula 5ª| Obrigações principais do prestador de serviços
Cláusula 6ª| Alterações ao contrato e revisão ou atualização de preço
Cláusula 7ª| dever de sigilo, confidencialidade e tratamento de dados pessoais
Cláusula 8ª| Obrigações do Município de Viseu e dos Serviços Municipalizados de Viseu
Cláusula 9ª| Preço base e preço contratual
Cláusula 10ª|Condições de pagamento
Cláusula 11.ª|Penalidades contratuais
Cláusula 12.ª|Força maior
Cláusula 13.ª|Resolução por parte do contraente público
Cláusula 14.ª| Gestor do contrato
Cláusula 15ª | Resolução de litígios - Foro competente
Cláusula 16.ª| Subcontratação e cessão da posição contratual
Cláusula 17.ª| Comunicações e notificações
Cláusula 18ª| Contagem de prazos
Cláusula 19.ª| Legislação aplicável

PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 1.ª| Alocação e gestão dos seguros/Corretagem

Cláusula 2.ª|Caraterísticas e especificidades do plano de seguros

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
ANEXOS

PARTE I - CLÁUSULAS CONTRATUAIS

Cláusula 1.ª | Objeto

1 - O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição, respetivamente, pelo Município de Viseu e Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Viseu, de serviços de seguros, de vários ramos, por lotes, nos termos e condições definidas no caderno de encargos, seus anexos e legislação em vigor aplicável à atividade seguradora.

2 - O objeto do contrato constitui-se pelos seguintes lotes de apólices de seguro, cujo âmbito de garantia ou cobertura de riscos visa prevenir efeitos emergentes da atividade desenvolvida pelas identificadas entidades e a elas imputável, em matéria de danos corporais e/ou materiais que venham a manifestar-se sobre os seus profissionais, os seus patrimónios, munícipes, clientes e população em geral.

MUNICÍPIO DE VISEU
LOTE 1:
Seguro de Acidentes (Bombeiros Sapadores)
Seguro Frota Automóvel
Seguro de Multirriscos Patrimoniais
Seguro de Obras de Arte
Seguro de Máquinas Casco
Seguro de Responsabilidade Civil Autarquia
LOTE 2:
Seguro Acidentes Pessoais Autarcas
Seguro de Acidentes Pessoais Bombeiros
Seguro de Acidentes Pessoais Utentes de Instalações
Seguro de Acidentes Pessoais - Participantes em Atividades Temporárias (incluindo desportivas, recreativas e culturais)
Seguro de Acidentes Pessoais Voluntariado e Membros da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens - CPCJ
Seguro de Acidentes Pessoais CEI's e CEI's +
LOTE 3:
Responsabilidade Civil Aeródromo

Responsabilidade Civil Aéreo Drone
LOTE 4:
Seguro de responsabilidade civil transporte de doentes
Seguro de responsabilidade Civil Estádio Municipal Fontelo
LOTE 5:
Seguro de Acidentes de Trabalho
Seguro Responsabilidade Civil
Seguro Frota Automóvel
Seguro Multirriscos
Seguro Máquinas casco
Lote 6:
Seguro de Responsabilidade Ambiental

3 - As pessoas, capitais e bens seguros previstos nas especificações técnicas integrantes do presente caderno de encargos poderão ser objeto de alteração, para mais, em conformidade com as efetivas necessidades, em cada momento do Município e /ou do SMAS com o correspondente adicional de prémio, pelos preços unitários constantes da proposta, ou para menos, originando o estorno proporcional que for devido.

Cláusula 2.ª | Disposições que regem o contrato

1 - O Contrato rege-se:

a) Pelas cláusulas dele constantes e seus anexos;

b) Pelo estabelecido nos documentos que dele fazem parte integrante, nos termos do nº 2;

c) Pelo disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. 18/2008, de 29 de janeiro, na redação conferida pela Lei nº 30/2021, de 21 de maio, demais legislação aplicável à contratação pública, pelo Regime Jurídico do Contrato de Seguro (Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16 de abril, na sua atual redação)

2 - O contrato integra os seguintes elementos:

a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que estes erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
c) O presente Caderno de Encargos;
d) A proposta adjudicada;

e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 - Em caso de divergência entre os vários elementos que integram o Contrato, a prevalência obedece à ordem por que vêm enunciados no número anterior.

Cláusula 3.ª| Duração ou vigência do contrato

1 - O contrato, inicia a sua vigência, previsivelmente, às 00H00 no dia 01 de janeiro de 2023, salvo se não estiverem reunidas condições de eficácia de contrato, nos termos do artigo 287º do CCP.

2 - O contrato e as apólices emitidas ao seu abrigo, nas condições constantes no presente Caderno de Encargos e identificadas na Cláusula 1ª, vigorarão pelo prazo de 12 (doze) meses, cessando às 24H00 de 31 de dezembro de 2023.

3 - A cessação do contrato não prejudica a eventual manutenção em vigor de apólices cujo termo se projete para além daquela data, nomeadamente as apólices relativas a beneficiários de medidas de proteção ao emprego, originariamente, emitidas por período único.

4 - Independentemente da data de cessação do contrato, este considerar-se-á em vigor até à conclusão da prestação da globalidade dos serviços até então solicitados, em conformidade com os respetivos termos e condições previstos na Parte II - Especificações Técnicas, o que não prejudica o cumprimento pelo adjudicatário das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, designadamente, o encerramento de processos que se encontrem pendentes.

Cláusula 4.ª|Data de efeito da transferência de risco

A transferência do risco ocorrerá na data indicada no nº 1 da cláusula anterior, desde que reunidas as condições necessárias à produção de efeitos do contrato.

Cláusula 5.ª| Obrigações principais do prestador de serviços

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas em legislação especial aplicável e no presente Caderno de Encargos, decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

a) Garantir os seguros adjudicados, nas condições especificadas no presente Caderno de Encargos e respetivos anexos;

b) Assegurar a cobertura dos riscos identificados nas Especificações e Cláusulas Técnicas do presente Caderno de Encargos, nos termos do contrato e das disposições legais aplicáveis ao exercício da atividade seguradora, devendo, designadamente, assegurar a

colocação dos seguros contratados e efetuar todas as prestações que sejam devidas em virtude de sinistro(s);

c) Desenvolver as diligências necessárias à gestão, conferência, atualização e reconversão das apólices, bem como ao acompanhamento e regularização dos sinistros, nos termos da legislação em vigor;

d) Proceder às averiguações e peritagens necessárias ao reconhecimento dos sinistros, em especial quando tais ações sejam solicitadas pelo Município/SMAS e à liquidação dos danos;

e) Suportar as despesas decorrentes da regularização de sinistros;

f) Efetuar o pagamento de quaisquer encargos relativos à execução do contrato, nomeadamente, às referentes ao cumprimento das obrigações previstas na alínea anterior e demais despesas, que nos termos do presente caderno de encargos, não sejam da responsabilidade do Município/SMAS;

g) Não proceder a qualquer alteração das taxas das apólices ou outras condições particulares ou especiais no decurso da execução do contrato, exceto se essas alterações resultarem de disposição legal, de norma da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, com a prévia notificação ao Município/SMAS, designadamente, quando haja lugar a atualizações legais e/ou automáticas de capitais seguros;

h) Comunicar ao Município/SMAS, com antecedência mínima de 30 dias, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços definida neste caderno de encargos e demais documentos contratuais.

i) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;

j) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução dos contratos e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, com relevância para a prestação de serviços, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;

k) Proceder ao envio de avisos de crédito, de débito ou de estorno com vista à regularização de pagamentos efetuados pelo Município/SMAS por motivo de erros ou quaisquer alterações que tenham influência sobre as apólices, após notificação das Entidades Adjudicantes;

l) Manter a validade de todas as autorizações legalmente exigidas para o exercício da atividade seguradora;

2 - O Município de Viseu e o SMAS de Viseu reservam-se o direito de nos termos o nº 1, do artigo 48º, da Lei 7/2019, de 16 de janeiro, designar corretor de seguros que intervirá na mediação e gestão dos seguros adjudicados, constituindo, neste caso, obrigação do prestador de serviços:

a) Aceitar a intervenção do corretor de seguros do Município/SMAS, em todas a matérias relacionadas com a gestão das apólices, sinistros, cobranças de prémios e na monitorização e execução do contrato;

b) Facultar atempadamente ao gestor do contrato e ao corretor do Município/SMAS todos os elementos, informações e esclarecimentos necessários ao bom desempenho da sua atividade e à gestão eficiente dos contratos de seguro adjudicados, incluindo sinistros;

c) Assegurar a remuneração do corretor, conforme previsto na Lei 7/2019, de 16 de janeiro, sem que este facto implique qualquer alteração ao valor da proposta adjudicada.

4 - A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

5 - Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo adjudicatário devem ser integralmente redigidos em português.

Cláusula 6.ª | Alterações ao contrato e revisão ou atualização de preço

1 - Reveste a natureza de revisão ou atualização de preço as alterações devidas por alteração legal ou regulamentar de capitais seguros, designadamente, alterações de massas salariais seguras por atualização de escalões de remuneração legalmente determinadas, os que se encontrem indexados ao índice de preços ao consumidor (IPC) ou à remuneração mínima mensal garantida (RMMG) ou ao indexante dos apoios sociais (IAS).

2 - A taxa de referência para atualização de prémio prevista no nº número anterior é, consoante o caso, a taxa de referência aplicada na atualização dos capitais de coberturas garantidos, e no caso de massas salariais, a taxa comercial e respetivos encargos, identificados na proposta.

3 - O adjudicatário deve prestar de forma clara, por escrito, todos os esclarecimentos exigíveis das condições de cada contrato, demonstrando, designadamente, todos os cálculos em que se fundamenta a revisão ou atualização, para os efeitos previstos nos nºs 1 e 2, carecendo sempre de prévia aprovação do Município/SMAS

4 - O âmbito e natureza das alterações previstas no número 3, da cláusula 1ª, encontram-se delimitadas na especificação técnica relativa a cada uma das apólices de seguro.

5 - Sempre que das alterações referidas no nº anterior resulte adicional de prémio, essas estão limitadas a um valor global cumulado inferior a 215.000,00 € e cumulativamente a 10% do preço contratual inicial, nos termos conjugados da alínea a), do nº 3 e o nº 5 do artigo 313º, do CCP, sem prejuízo da aplicabilidade do regime previsto nos artigos 370º a 381º, por remissão do artigo 454º do CCP.

6 - São objeto de publicitação no portal dos contratos públicos, nos termos previstos do artigo 315º do CCP, as alterações ou modificações ao contrato.
7 - A publicitação referida no nº anterior constitui condição de eficácia, nomeadamente para efeitos de pagamento.

Cláusula 7.ª | Dever de sigilo, confidencialidade e tratamento de dados pessoais

1 -O prestador de serviços, o seu pessoal e todas as entidades e pessoas que aquele utilize no cumprimento das obrigações assumidas com a celebração do contrato, obrigam-se a guardar sigilo sobre toda a documentação e informações a que tenham acesso dos termos do contrato, não podendo facultar a terceiros, quaisquer informações nem sobre a natureza dos próprios serviços, nem sobre os resultados e conclusões deles, sem autorização escrita, respetivamente, do Município ou do SMAS, nem utilizá-los em seu benefício.
2 - A obrigação de sigilo profissional referida impõe-se também relativamente às informações que possam ser fornecidas internamente aos técnicos do prestador não diretamente envolvidos na prossecução dos objetivos do contrato, desde que tais informações, pela sua natureza, possam perturbar a normal execução das prestações abrangidas pelo objeto do contrato.
3 - O dever de sigilo abrange ainda toda a documentação e informação técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município/SMAS de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
4 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
5 - O corretor de seguros do Município/SMAS a quem será confiado o apoio na gestão do contrato, não é considerado terceiro, para efeitos do disposto no nº 1, estando, no entanto, também esse vinculado a igual dever de confidencialidade.
6 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou de outras entidades administrativas competentes.
7 - No tocante à confidencialidade e tratamento de dados pessoais, as partes obrigam-se ao cumprimento das disposições legais aplicáveis em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados ("Regulamento Geral sobre a

Proteção de Dados"), em relação a todos os dados pessoais por cujo tratamento sejam responsáveis.

Cláusula 8.ª| Obrigações do Município de Viseu e dos SMAS de Viseu

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos, constituem obrigações principais do Município de Viseu e dos SMAS de Viseu:

a) Pagar ao segurador os prémios devidos pela contratação das apólices de seguro que, respetivamente, lhes diga respeito;

b) Fornecer ao segurador, diretamente ou por intermédio do seu corretor, a informação relevante e necessária à vigência das apólices de seguro contratadas, incluindo os relativos a sinistros, sem prejuízo das obrigações assumidas nos termos das cláusulas 5ª e 6ª.

Cláusula 9.ª| Preço base e preço contratual

1 - Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município e o SMAS devem pagar ao prestador de acordo com os preços unitários constantes da proposta adjudicada, que lhes respeite, isentos de IVA e de Imposto de Selo, nos termos da legislação em vigor.

2 - Para efeitos de delimitação do preço contratual, é fixado o preço base **EUR 426.000,00 (quatrocentos e vinte e seis mil euros)** (isento de IVA) que corresponde aos seguintes preços máximos parciais admitidos por Entidade, anuidade e lote:

- MUNICÍPIO DE VISEU - EUR 203.000,00, respeitante a:

Lote 1 - EUR 176.350,00 (cento e setenta e seis mil trezentos e cinquenta euros)
Lote 2 - EUR 22.250,00 (vinte e dois mil duzentos e cinquenta euros)
Lote 3 - EUR 3.750,00 (três mil setecentos e cinquenta euros)
Lote 4 - EUR 650,00 (seiscentos e cinquenta euros)

- SMAS VISEU - EUR 223.000,00, respeitante a:

Lote 5 - EUR 207.000,00 (duzentos e sete mil euros)
Lote 6 - EUR 16.000,00 (dezasseis mil euros)

3 - O preço referido no nº 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuído ao Município/SMAS e presidiu - para efeitos do disposto nos nºs 1 e 3 do artigo 47º do CCP - à sua fixação, as taxas e preços obtidos no histórico de contratação de apólices para coberturas para as mesmas tipologias de riscos (procedimento realizado em 2021), com a introdução, relativa ao Município, das atualizações resultantes do

incremento de pessoas seguras na apólice de Acidentes Pessoais Bombeiros e as decorrentes de disposições legais, designadamente, as relativas a atualização de capitais por referência à RMMG e índice de preços ao consumidor (apólices de acidentes pessoais bombeiros e utentes de instalações e atividades e responsabilidade civil - espaços de jogo e recreio), bem como, de incremento esperado nas apólices de responsabilidade civil decorrente dos respetivos resultados operacionais.

Cláusula 10.ª | Condições de pagamento

1 - As quantias devidas, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção pelo Município/SMAS das respetivas faturas, que serão emitidas de acordo com o previsto no Regime Jurídico do Contrato de Seguro e com a periodicidade fixada no caderno de encargos.

2 - Em caso de discordância por parte do Município/SMAS, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

3 - Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, os pagamentos serão efetuados preferencialmente por transferência bancária.

4 - As faturas são enviadas pelo adjudicatário para o Município/SMAS, nos termos do artigo 299º-B do CCP, com a indicação expressa do respetivo número de compromisso.

5 - Se necessário, o Município/SMAS comunicará ao adjudicatário a solução de faturação eletrónica por si adotada.

Cláusula 11.ª | Penalidades contratuais

1 - Sem prejuízo do direito à resolução e do legalmente previsto, o incumprimento do contrato legitima o Município/SMAS a adquirir os serviços em falta no mercado, ficando a diferença para mais se houver, a cargo do adjudicatário.

2 - As importâncias resultantes da aplicação da penalidade prevista no número anterior serão descontadas nas faturas a liquidar.

Cláusula 12.ª | Força maior

1 - A não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior não será havida como incumprimento, pelo que não deverão, nesses casos, ser impostas penalidades ao prestador de serviços.

2 - Entende-se como casos de força maior o conjunto de circunstâncias que impossibilitem a realização pontual das prestações, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

3 - Desde que verificados os requisitos do número anterior, poderão constituir casos de força maior, entre outros, os tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais e ou administrativas injuntivas.

4 - Não constituirão casos de força maior as circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;

a) As determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento, pelo prestador de serviços, de deveres ou ónus que sobre ele recaíam;
b) As manifestações populares devidas ao incumprimento de normas legais pelo prestador de serviços;
c) Os incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência deste ou ao incumprimento de normas de segurança;
d) As avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços, não resultantes de sabotagem;
e) Os eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

5 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deverá ser imediatamente comunicada à outra parte.

6 - A força maior determinará a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 13.ª | Resolução por parte do contraente público

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município/SMAS poderá resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar, de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente:

a) Se não forem cumpridas as especificações técnicas estabelecidas neste caderno de encargos;
b) Quando houver recusa no pagamento das penalidades;

2 - O direito de resolução referido no número anterior exercer-se-á mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determinará a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município.

3 - A resolução do contrato não invalida ao direito a qualquer ação que venha a ser interposta por parte do Município com vista à justa indemnização por perdas e danos eventualmente sofridos com o incumprimento do contrato.

Cláusula 14.ª | Gestor do Contrato

1 - Independentemente do apoio técnico especializado prestado no acompanhamento e gestão dos contratos, pelo Corretor de Seguros do Município/SMAS, será designado por cada entidade, nos termos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, previamente à respetiva outorga, o gestor ou gestores do contrato que terá / terão por função o acompanhamento da sua respetiva execução.

2 - Caso seja designado mais do que um gestor, por Entidade, serão indicadas as respetivas funções e responsabilidades no ato de designação.

Cláusula 15.ª Resolução de litígios - Foro competente

Para resolução de todos litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 16.ª | Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes dependerá da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos, observada a não ocorrência de quaisquer dos limites previstos no artigo 317º do referido código.

Cláusula 17.ª | Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto a notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.ª | Contagem de prazos

Os prazos previstos no presente Caderno de Encargos são contínuos, correndo aos sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 19.ª | Legislação aplicável

O contrato é regulado pela Lei portuguesa.

CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 1.ª

Alocação e gestão dos seguros/Corretagem

1 - Após a celebração do contrato, as Adjudicantes designarão entidade habilitada para a gestão de risco e seguros, que se encarregará de implementar a colocação dos Seguros contratados.

2 - Após a colocação dos seguros, constitui ónus do adjudicatário em articulação com o corretor assegurar a eficiente gestão das apólices de seguro contratadas, desenvolvendo as diligências necessárias à sua administração, conferência e atualização, incluindo sinistros, nos termos da legislação em vigor.

Cláusula 2.ª

Caraterísticas e Especificações dos seguros

As apólices de Seguro a concurso e respetivas condições são descritas na **Parte II** do Caderno de Encargos - Especificações técnicas e seus anexos.

Parte I - Município de Viseu

LOTE I

1. SEGURO DE ACIDENTES DE TRABALHO - (Bombeiros Sapadores)

1. OBJETO DO SEGURO

1.1 A responsabilidade do tomador do seguro pelos encargos provenientes de acidentes em serviço do pessoal afeto à entidade adjudicante, independentemente do seu vínculo contratual, nos termos do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 novembro, alterado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 69-A/2009, de 24 de março, pela Lei 82-B/2014, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei 33/2018, de 15 de maio, o Código do Procedimento Administrativo, demais legislação em vigor e de acordo com as condições gerais da apólice uniforme de Acidentes de Trabalho, devidamente adaptada aos trabalhadores da Administração Pública.

2. ÂMBITO DO SEGURO

2.1 Ficam abrangidos por este contrato todos os trabalhadores, contratados por tempo indeterminado ou a termo ao serviço do município, inscritos no Regime de Proteção Social Convergente (RPSC - Caixa Geral de Aposentações) e no Regime Geral de Segurança Social (RGSS), e, ainda, os membros do gabinete de apoio à presidência e do gabinete de apoio à vereação.

2.2 O local de trabalho a segurar é todo o lugar em que o trabalhador se encontra ou deva dirigir-se em virtude do seu trabalho e em que esteja direta ou indiretamente, sujeito ao controlo do tomador do seguro;

2.3 O tempo de trabalho engloba todos os acidentes que possam ocorrer no local de trabalho e durante o período de laboração, o que preceder o seu início, em atos de preparação ou com ele relacionados, e o que se lhe seguir, em atos também com ele relacionados, e as interrupções normais ou forçosas de trabalho, e ainda no percurso de e para o local de trabalho;

2.4 Em conformidade com o n.º 3 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 503/99, 20 de novembro, a entidade adjudicante transfere a responsabilidade por acidentes em serviço prevista naquele diploma para o adjudicatário;

2.5 Para o efeito, o tomador do seguro obriga-se a remeter ao adjudicatário, até ao dia 15 de cada mês, a relação de proventos salariais do mês anterior.

2.6 O seguro será celebrado na modalidade de prémio variável; (Folha de Férias);

2.7 O pagamento do prémio será fracionado trimestralmente, com indicação das datas de vencimento e respetivos valores, devendo ser enviado ao tomador do seguro um aviso de pagamento com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

2.8 No final de cada ano civil será sempre efetuado o acerto relativo ao montante do prémio variável.

3. COBERTURAS E GARANTIAS

3.1 Ficam cobertos os acidentes em serviço que ocorram em Portugal e automaticamente os riscos de deslocação e de exercício da atividade profissional ao e no estrangeiro, incluindo ações de formação profissional, por períodos até 30 dias, sem qualquer agravamento tarifário;

3.2 Para efeitos da alínea anterior, o tomador do seguro obriga-se a comunicar, previamente, ao adjudicatário as deslocações a efetuar ao estrangeiro;

3.3 Em caso de acidente ocorrido em território estrangeiro, as despesas aí efetuadas relativas à assistência médica, medicamentosa ou hospitalar, bem como os encargos referentes a transportes ou repatriamento ficarão a cargo do adjudicatário;

3.4 O seguro garante a cobertura dos trabalhadores, face aos riscos de Acidentes em serviço, os respetivos salários e subsídio de férias e de natal e outras prestações com caráter de regularidade;

3.5 As indemnizações por incapacidade temporária, parcial ou absoluta, são definidas em função do salário ilíquido, englobando as remunerações, de caráter permanente ou acessório incluídas na massa salarial segura, nos termos legalmente previstos e que se traduz numa indemnização correspondente ao salário líquido auferido pelo colaborador;

3.6 Será liquidado ao Tomador de Seguro o capital correspondente aos subsídios previstos nos artigos 35.º, 36.º e 37.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, na sua atual redação, bem como, no tocante às pensões referidas no ponto anterior, o valor correspondente à provisão matemática constituída de acordo com os coeficientes previstos na Portaria 11/2000, de 13 de janeiro e com o grau de incapacidade permanente fixado, no prazo de 90 dias, contados da data da notificação para o efeito, à Seguradora.

3.7 Os trabalhadores têm direito à reparação, em espécie e em dinheiro, dos danos resultantes de acidentes em serviço, nos termos do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, alterado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro e pela Lei n.º 69-A/2009, de 24 de março;

3.8 Confere direito à reparação a lesão resultante de um acidente de trabalho e que seja consequência de tal tratamento;

3.9 O direito à reparação em espécie, consagrado no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, na sua redação atual, deverá contemplar todos os aspetos exigidos na legislação em vigor, nomeadamente:

3.9.1 Prestações de natureza médica, cirúrgica, de enfermagem, hospitalar, medicamentosa e quaisquer outras, incluindo tratamentos termais, fisioterapia e o fornecimento de próteses e ortóteses, seja qual for a sua forma, desde que necessárias e adequadas ao diagnóstico ou ao restabelecimento do estado de saúde físico ou mental e da capacidade de trabalho ou de ganho do sinistrado e à sua recuperação para a vida ativa, referindo ainda:

3.9.2 O direito aos aparelhos de próteses e ortóteses abrange os destinados à correção ou compensação visual, auditiva ou ortopédica, bem como a prótese dentária e, ainda, a estética, se justificada;

3.9.3 A aquisição, renovação ou substituição dos aparelhos referidos anteriormente carecem de prescrição médica fundamentada;

3.9.4 Quando do acidente resultar a inutilização ou a danificação de próteses ou ortóteses de que o trabalhador já era portador, este tem direito à respetiva reparação ou substituição;

3.9.5 Quando o sinistrado optar por assistência médica particular, tem direito ao pagamento da importância que seria despendida em estabelecimento do serviço clínico do segurador responsável, devendo, para efeitos de reembolso, apresentar os documentos justificativos de todas as despesas efetuadas com o tratamento das lesões, doença ou perturbação funcional resultantes do acidente.

3.9.6 Pagamento de transporte e estada para observação, tratamento e comparência a juntas médicas ou a atos judiciais, ou seja:

3.9.6.1 No caso de deslocação da residência ou do local onde o trabalhador se encontre com vista a assistência médica, observação, tratamento, comparência a juntas médicas ou a atos judiciais que implique estada, este tem direito ao pagamento da correspondente despesa, até ao limite do valor previsto para as ajudas de custo dos trabalhadores com a posição remuneratória superior ao nível remuneratório 18 da escala salarial do regime geral, salvo se a sua condição de saúde, medicamente fundamentada, justificar despesas de montante mais elevada;

3.9.6.2 Quando o médico assistente ou a junta médica declarar que o estado de saúde do trabalhador o exige, há lugar ao pagamento das despesas de um acompanhante, nas mesmas condições das estabelecidas para o trabalhador.

3.10 O direito à reparação em dinheiro compreende:

3.10.1 Remuneração, no período das faltas ao serviço motivadas por acidente de trabalho;

3.10.2 Indemnização em capital ou pensão vitalícia correspondente à redução na capacidade de trabalho ou de ganho, no caso de incapacidade permanente, nos termos definidos pela C.G.A.

3.10.3 Pagamento mediante validação médica do subsídio por assistência de terceira pessoa, resultante de acidente que não permita ao trabalhador praticar com autonomia os atos indispensáveis à satisfação das necessidades básicas da vida quotidiana sem assistência permanente de outra pessoa:

3.10.3.1 Consideram-se necessidades básicas os atos relativos à alimentação, locomoção e cuidados de higiene pessoal;

3.10.3.2 O familiar do dependente ou quem com ele coabite, que lhe preste assistência permanente, é considerado terceira pessoa;

3.10.3.3 O montante mensal do subsídio corresponde ao valor da remuneração paga a quem preste a assistência, com o limite da remuneração mínima mensal garantida para os trabalhadores do serviço doméstico.

3.10.3.4 Subsídio para readaptação de habitação;

3.10.3.5 Subsídio por situações de elevada incapacidade permanente;

3.10.3.6 Despesas de funeral e subsídio por morte;

3.10.3.7 Incapacidade temporária;

3.10.3.8 Incapacidade permanente parcial e absoluta;

4. PREVISÃO SALARIAL ANUAL

4.1 O montante do capital seguro é, na anuidade de 2023, composto pelo salário ilíquido sem encargos, mais todas as prestações que revistam carácter de regularidade (p. ex. subsídio de férias, Natal, turno, alimentação), de todos os trabalhadores.

Nº Trabalhadores	Previsão Salarial Anual
68	1.225.000,00 €

5. PAGAMENTO DE INCAPACIDADES TEMPORÁRIAS E DESPESAS MÉDICAS:

5.1 Todas as indemnizações processadas ao abrigo da garantia de Incapacidade Temporária, são pagas diretamente a cada Tomador de seguro, figurando este como entidade recebedora, uma vez que os tomadores asseguram sempre o pagamento do salário por inteiro, mesmo quando os funcionários se encontram temporariamente incapacitados de atenderem ao seu trabalho.

5.2 As despesas médicas ou outras despesas eventualmente suportadas pelo sinistrado deverão ser enviadas e liquidadas diretamente aos respetivos lesados no prazo máximo de 30 dias seguidos após a receção dos documentos.

6. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

6.1 A assistência aos sinistrados no âmbito deste contrato deve ser prestada diretamente pela seguradora, através de clínicas/consultórios, no concelho de Viseu ou nos concelhos limítrofes e nos serviços hospitalares da seguradora, bem como o fornecimento de medicamentos ou outros alvos de prescrições médicas, sem encargos para o sinistrado, em farmácias do concelho ou concelhos limítrofes.

6.2 A atual apólice, de Acidentes de Trabalho, está colocada na GENERALI e têm o seguinte nº 0007148287.

7. FORMA DE PAGAMENTO

7.1 O pagamento do prémio será em frações trimestrais, sem cargas de fracionamento.

2. SEGURO FROTA AUTOMÓVEL

1. OBJETO E ÂMBITO DO SEGURO

1.1 Pretende-se um seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel, previsto no Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto, para a frota automóvel da entidade adjudicante, com base num prémio total por veículo e durante todo o período de vigência do contrato de seguro.

1.2 A frota automóvel da entidade adjudicante é composta pelos veículos propriedade da mesma, bem como viaturas cedidas por protocolo a esta, cuja responsabilidade pelo seguro lhe tenha sido transmitida.

1.3 O seguro obriga a reparação dos danos corporais ou materiais causados a terceiros, em que a morte integra o conceito de dano corporal.

1.4 Quando o acidente for simultaneamente de viação e de trabalho, aplicar-se-ão as disposições do Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto, tendo em atenção as constantes da legislação especial de acidentes de trabalho.

1.5 O disposto no parágrafo anterior é aplicável, com as devidas adaptações, quando o acidente possa qualificar-se como acidente em serviço, nos termos do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro.

1.6 Sempre que ocorrer o abate ou a cedência de viaturas, a entidade adjudicante tem direito ao estorno do prémio por cessação antecipada.

1.7 Na situação mencionada no ponto anterior, a entidade adjudicante terá de comunicar por escrito, ao adjudicatário, com uma antecedência mínima de 8 dias, deixando de ser da sua responsabilidade o seguro dos respetivos veículos.

1.8 Sempre que haja lugar à substituição de um veículo ou máquina do Município, ou ainda à aquisição de um novo, a entidade adjudicante comunicará ao adjudicatário, por escrito, os elementos e caraterísticas do mesmo, assim como as coberturas pretendidas, por forma a promover a emissão do seguro respetivo, num prazo máximo de 48 horas.

2. CAPITAIS E COBERTURAS

2.1 Os veículos a segurar estão identificados no Anexo 1 com as respetivas características, coberturas pretendidas e capitais a garantir.

2.2 Cobertura Garantidas:

⇒Responsabilidade civil;

⇒Assistência em viagem VIP/TOP: abrange a assistência, em caso de avaria ou acidente, e o transporte do veículo, ocupantes e bagagens; No caso de reboque do veículo por avaria ou acidente a seguradora assumirá o valor total do serviço.

⇒Proteção Jurídica: garante assistência jurídica, para defender ou fazer valer os seus direitos, em processos judiciais empreendidos por si ou contra si, em consequência de acidente de viação;

⇒Quebra Isolada de Vidros (ligeiros: limite até 1.000,00€ e pesados/maquinas: até 3.000,00€) garante os danos, causados, por causa não compreendida, em virtude de quebra isolada dos vidros, SEM FRANQUIAS.

⇒Acidentes Pessoais (todos os ocupantes), em consequência de acidente de viação com o veículo seguro, ficarão garantidas as seguintes indemnizações:

Cobertura	Capital
Morte ou Invalidez Permanente	Até 15.000,00 €
Despesas de tratamento/Repatriamento	Até 1.500,00 €
Despesas de Funeral	Até 1.500,00 €

2.3 Coberturas - Danos Próprios:

⇒ Choque, Colisão e Capotamento: garante os danos sofridos, pelo veículo seguro, em consequência de embate contra corpo fixo (choque), em movimento (colisão), ou quando o veículo perca a sua posição normal e não resulte de choque ou colisão (capotamento);

⇒ Incêndio, Raio e Explosão: garante os danos no veículo, em consequência de incêndio casual, queda de raio ou explosão, quer o veículo se encontre em marcha ou parado, recolhido em garagem ou em qualquer outro local;

⇒ Furto ou Roubo: inclui os danos derivados do desaparecimento, destruição ou deterioração do veículo, por motivo de furto ou roubo;

⇒ Fenómenos da Natureza: garante os danos no veículo, em consequência de tufões, ciclones, tornados, erupções vulcânicas, trombas de água, chuvas torrenciais, enxurradas, aluimento de terras, tremores de terra, queda isolada de árvores, etc.;

⇒ Atos de vandalismo: garante os danos no veículo, causados por atos de vandalismo, incluindo a destruição total ou parcial do veículo;

⇒ Veículo de substituição por acidente ou avaria, até 30 dias, o qual não poderá ter categoria/gama inferior à viatura segura. Considera-se como franquia apenas o dia do acidente ou avaria.*

⇒ Privação de Uso: Valor diário de 50€, expeto na viatura 10-UX-97 que são 100€. A cobertura está limitada a 30 dias.

*Caso não possível contratar a cobertura de veículo de substituição a mesma poderá ser substituída pela cobertura de privação de uso.

3. REGULARIZAÇÃO DE SINISTROS

3.1 Para a regularização dos sinistros aplicar-se-á as regras e os procedimentos dispostos no Capítulo III do Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto, na sua redação atual:

3.1.1 Aquando da celebração de um contrato de seguro de responsabilidade civil automóvel, a empresa de seguros deve prestar informação relevante relativamente aos procedimentos que adota em caso de sinistro.

4. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

4.1 A proposta a apresentar deve indicar os prémios totais por viatura.

4.2 O adjudicatário deverá garantir o correto cancelamento das apólices a descontinuar, para que não existam duplicação de coberturas e respetivos custos, ou falta de cobertura por anulação das apólices existentes antes da entrada em vigor do novo Plano de Seguros;

4.3 Cada reboque deverá ter um seguro próprio de Responsabilidade Civil, ficando assim derrogada a exclusão de serviço de reboque para todas as viaturas da frota, sem existir a necessidade de identificar as viaturas que efetuam serviço de reboque.

4.4 Para os veículos que beneficiam da cobertura de danos próprios, os extras neles incorporados ficam automaticamente seguros, sem necessidade de serem discriminados e valorizados, desde que a totalidade do capital seguro da viatura inclua o valor de tais extras e o valor do todo, veículo e extras, corresponda à regra do Valor Seguro definida nas Condições Gerais.

4.5 Para a cobertura de "Assistência em viagem", o adjudicatário compromete-se a incluir o reboque de todas as viaturas, incluindo as pesadas de passageiros, sem qualquer encargo adicional ou franquia, bem como, sem restrição de área (km 0). Da mesma forma, suportará as despesas de transporte de todos os ocupantes até ao domicílio do subscritor ou até ao seu local de destino inicialmente previsto, desde que estes últimos gastos não sejam superiores aos primeiros. Quando o veículo seguro, imobilizado por acidente ou avaria, não for reparável ou substituído no mesmo dia, o serviço de "Assistência em viagem" suportará, até aos limites fixados, os custos de alojamento das pessoas seguras, desde que não inicialmente previstos, pelo período em que estejam a aguardar a reparação ou substituição do mesmo.

4.6 Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais da apólice, neste seguro não se aplica qualquer período de carência na cobertura de assistência em viagem;

4.7 As garantias do seguro mantêm-se estando as viaturas ao ar livre.

4.8 Emissão de cartas verdes anuais.

5. FORMA DE PAGAMENTO

5.1 O pagamento do prémio será em frações trimestrais, sem cargas de fracionamento.

3. SEGURO DE MULTIRRISCOS

1. OBJETO E ÂMBITO DO SEGURO

1.1. Pretende-se um seguro para os bens, tanto móveis como imóveis, incluindo benfeitorias ou sobre os quais exista interesse em segurar, nomeadamente como usufrutuário ou locatário, que façam parte integrante do património imobiliário e mobiliário do Município.

1.2. Ficam incluídos na definição acima e de acordo com a relação dos **Anexos 2 e 3**:

a) Todos os bens, desde que se trate de utensílios, máquinas, material de exposição e equipamento fixo ou móvel/portátil em deslocação, em qualquer local;

b) Os bens de terceiros sob custódia, cuidado ou controle da entidade adjudicante, incluindo objetos e/ou bens de carácter artístico para exposição.

c) Todo e qualquer local onde o tomador do seguro possua instalações ou interesses, e ainda, os locais que possam vir a ser incluídos.

2. CONDIÇÕES ESPECIAIS

2.1. Em caso de ocorrência de sinistros abrangidos pela presente apólice e após o início dos trabalhos de reparação, se a eles houver lugar, ou substituição, fica o segurador obrigado a efetuar os adiantamentos que se revelem necessários em função do desenvolvimento e execução do programa de trabalhos, ou de aquisição de bens e / ou serviços que o segurado tenha de celebrar.

2.2. Pela alteração que for necessária nas Condições Gerais da apólice, fica expressamente estabelecido que se, no momento, em que ocorre um sinistro existir excesso de capital seguro em quaisquer bens seguros, o dito excesso aplicar-se-á aos bens que estejam insuficientemente seguros. Admitida a compensação na forma indicada, proceder-se-á ao normal pagamento do sinistro de acordo com o estabelecido nas Condições Gerais da apólice.

3. RISCOS COBERTOS:

a) Incêndio, queda de raio e/ou explosão;

b) Tempestades;

c) Inundações;

d) Danos por água;

e) Danos em muros, vedações e portões;

f) Aluimentos de terras;

g) Queda de aeronaves;

h) Choque ou impacto de veículos terrestres;

i) Atos de vandalismo, maliciosos ou de sabotagem;

j) Greves, tumultos, alterações da ordem pública;

k) Danos causados por fumo;

l) Limpeza, demolição e remoção de escombros;

m) Desenhos, documentos e livros;

n) Danos em bens do senhorio;

o) Riscos elétricos;

p) Equipamento eletrónico, incluindo a cobertura de transporte para todo o mundo;

q) Avaria de máquinas;

r) Derrames acidentais;

s) Privação temporária do local ocupado ou arrendado, quer estes sejam de função habitacional ou profissional;

t) Honorários de peritos;

u) Perda de rendas;

v) Quebra ou queda acidental de bens;

w) Quebra ou queda acidental de vidros, painéis e antenas;

x) Bens de terceiros confiados ao Município;

y) Furto e/ou roubo

z) Furto e/ou roubo de dinheiro em cofre, caixa e transporte;

aa) Danos aos imóveis causados por furto ou roubo;

bb) Danos estéticos;

cc) Danos em transporte terrestre de bens;

dd) Danos em parques, jardins e áreas de conservação da natureza, incluindo o respetivo equipamento; edificações, mobiliário e plantas;

ee) Pesquisa e reparação de avarias;

ff) Infidelidade de trabalhadores;

gg) Responsabilidade Civil;

hh) Bens ao Ar Livre;

ii) Danos em bens refrigerados

4. CAPITAL A SEGURAR

Fica expressamente acordado que o limite máximo de indemnização da apólice, por ano e por sinistro, é de:

⇒ **111.300.000,00 €**

Estão expressamente acordados os seguintes limites de indemnização, por sinistro e anuidade, ocorrido ao abrigo de cada um dos seguintes riscos:

Danos causados por fumo	30.000,00 €
Limpeza, demolição e remoção de escombros	250.000,00 €
Desenhos e documentos	30.000,00 €
Danos em bens do senhorio	30.000,00 €
Riscos elétricos 1º risco	200.000,00 €
Equipamento eletrónico, incluindo a cobertura de transporte	500.000,00 €
Avaria de máquinas	200.000,00 €
Derrame acidental	35.000,00 €
Privação temporária do local ocupado ou arrendado	30.000,00 €
Honorários de peritos	30.000,00 €
Perda de rendas	25.000,00 €
Quebra ou queda acidental de bens	30.000,00 €
Quebra ou queda acidental de vidros, painéis e antenas	30.000,00 €
Bens de terceiros	25.000,00 €
Danos causados ao imóvel, por furto ou Roubo	300.000,00 €
Furto e/ou roubo de dinheiro em cofre, caixa ou em transporte	12.500,00 €
Danos em transporte terrestre de bens	30.000,00 €
Danos em jardins	30.000,00 €
Pesquisa e reparação de avarias	2,5% capital seguro por local de risco
Infidelidade de empregados	7.500,00 €
Bens ao Ar Livre	75.000,00 €
Responsabilidade Civil	250.000,00 €
Danos Estéticos	30.000,00 €
Danos em bens de empregados	5.000,00 €

Danos em bens refrigerados	10.000,00 €

5. FRANQUIA

5.1. O presente seguro fica sujeito a uma franquia de 10% no mínimo de 250,00 € do valor dos prejuízos indemnizáveis.

6. FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento do prémio será em frações trimestrais, sem cargas de fracionamento.

7. CONDIÇÕES ESPECIAIS

- **DERROGAÇÃO DA REGRA PROPORCIONAL**

  Em caso de ocorrência de sinistros abrangidos pela presente apólice, fica acordado que o Segurador prescinde da aplicação da regra proporcional, até à diferença máxima de 10,00% entre o capital seguro dos edifícios e conteúdos e o respetivo valor de reconstrução e substituição.

- **ATUALIZAÇÃO DE CAPITAIS**

  O segurador atualizará anualmente os capitais seguros em 2%, caso outra atualização não seja informada pelo Segurado.

- **INDEMNIZAÇÃO NA BASE DO VALOR DE SUBSTITUIÇÃO EM NOVO**

  Fica acordado que em caso de sinistro com os bens seguros por esta Apólice, a base sobre a qual se calculará a quantia indemnizável, será o valor em novo, no dia imediatamente anterior ao sinistro, de bens da mesma qualidade ou tipo, mas não superiores ou de maior amplitude do que os bens seguros quando novos.

- **ADIANTAMENTO POR CONTA DE SINISTROS**

  Em caso de ocorrência de sinistros abrangidos pela presente apólice e após o início dos trabalhos de reparação, se a eles houver lugar, ou substituição, fica o segurador obrigado a efetuar os adiantamentos que se revelem necessários em função do desenvolvimento e execução do programa de trabalhos, ou de aquisição de bens e / ou serviços que o segurado tenha de celebrar.

- **BENS DE TERCEIROS**

  O presente seguro inclui bens propriedade de terceiros, desde que, ou na medida em que, esses bens não se encontrem seguros pelos proprietários ou qualquer outra pessoa, sendo neste caso a responsabilidade do segurador limitada à quantia a pagar pelo segurado com o fim de compensar o respetivo proprietário pelos danos ou estragos sofridos pelos referidos bens.

- **RISCOS ELÉTRICOS**

  Nos termos desta cláusula, este contrato cobre também os danos ou prejuízos causados a quaisquer máquinas elétricas, transformadores, aparelhos e instalações elétricas e/ou eletrónicas e aos seus acessórios, nomeadamente por sobre tensão e sobreintensidade, incluindo os produzidos pela eletricidade atmosférica, curto-circuito, mesmo quando não resulte incêndio. Ficam derrogadas quaisquer limitações de potência imposta pelas Condições Gerais e/ou Especiais, às máquinas e/ou equipamentos afetados pelo risco em causa.

- **EXPOSIÇÕES TEMPORÁRIAS**

  Relativamente à realização de Exposições Temporárias da responsabilidade do Segurado, quer seja nas suas instalações ou nas de terceiros, aplicam-se os seguintes termos de cobertura:

  - Fica expressamente acordado que o objeto seguro é constituído por objetos do Município, ou de terceiros, neste último caso, quando temporariamente confiados ou entregues ao seu cuidado, controle, custódia ou consignação.
  - A apólice cobre quaisquer danos provenientes de causa externa aos objetos seguros, excluindo-se apenas os danos resultantes de causa interna, nomeadamente o vício próprio. Esta cobertura é extensiva ao transporte terrestre dos bens seguros, em território nacional, incluindo cargas e descarga.
  - O Segurado facultará ao Segurador, apenas em caso de sinistro, relação das obras/bens objeto da exposição, onde deverá vir indicado o respetivo valor unitário.
  - O capital seguro em caso de sinistro corresponderá ao valor indicado na referida relação, sendo que o limite máximo de responsabilidade do segurador é de 100.000,00 euros/ano/sinistro, em 1.º risco.

- **COLEÇÕES, PARES OU SÉRIES DE OBJETOS**

  Se se perder ou danificar qualquer objeto que tenha um valor acrescido, por fazer parte de um par ou conjunto, qualquer pagamento que o segurador efetue terá em conta esse valor acrescido. O Segurado decide se o segurador paga a totalidade do valor do par ou conjunto. O máximo que o segurador pagará será o valor do par ou conjunto.

  Em caso de sinistro causado por um risco coberto o segurador poderá liquidar as despesas de restauro e/ou reparação, exceto se a desvalorização por parte da qualidade atribuível à mercadoria segura for reconhecida. Caso em que se aplicarão as disposições a seguir mencionadas:

  - Em caso de se verificar a impossibilidade ou desvantagem económica do restauro e/ou reparação, o segurador obriga-se a indemnizar o segurado, tendo em conta o valor de mercado dos objetos sinistrados.
  - Em caso de divergência quanto à atribuição daquele valor, o segurador e o segurado nomearão, cada um, um perito avaliador que concluirá pelo valor a indemnizar.

- **DANOS ACONTECIDOS EM TRANSPORTES TERRESTRES**

  Ficam garantidos os danos acontecidos em transporte terrestre no território nacional de bens, propriedade do segurado ou de terceiros, em consequência de acidentes com o veículo transportador, incêndio, raio ou explosão, atos de vandalismo ou maliciosos, furto e/ou roubo, incluindo as operações de carga e descarga.

- **QUEBRA OU QUEDA ACIDENTAL DE BENS**

  Fica garantido qualquer dano acidental de quebra ou queda, que sofram os bens móveis do segurado ou de terceiros quando confiados, por qualquer acidente ou infortúnio desde que constituam uma ocorrência súbita e imprevista.

- **BENS EXISTENTES AO AR LIVRE**

  Derrogando o que em contrário se encontrar estipulado nas Condições Gerais da apólice, fica convencionado que os bens existentes ao ar livre estão garantidos por esta apólice.

- **DANOS EM JARDINS**

  Ficam garantidos os danos sofridos nos jardins do segurado em consequência da verificação de qualquer risco coberto por esta apólice. Em caso de sinistro ao abrigo desta cobertura a indemnização do segurador empregar-se-á diretamente na reparação ou reconstrução das zonas relvadas, na substituição de herbáceas, arbustos e árvores por outros da mesma espécie e porte.

  Apenas se estes bens forem descritos no objeto seguro e com sublimite de indemnização de 30.000,00 € por sinistro e por anuidade.

- **DANOS EM BENS DE EMPREGADOS**

  Ficam garantidos os danos diretamente resultantes de qualquer risco garantido pelo presente contrato, causados aos bens pertencentes a empregados ou colaboradores do Segurado, incluindo títulos e valores, acontecidos no interior ou exterior dos locais de trabalho, durante o período laboral.

  A presente cobertura está limitada a 1.000,00 euros de indemnização por sinistro, com um máximo de 5.000,00 euros por anuidade.

- **GASTOS EXTRAORDINÁRIOS**

  Ficam garantidos os gastos extraordinários com o aluguer de equipamento para substituição de máquinas ou instalações danificadas por um risco coberto por esta apólice de seguro. O limite máximo de responsabilidade do segurador, ao abrigo desta Condição especial, é de 25.000,00 euros/ano/sinistro.

- **DESPESAS SUPLEMENTARES COM TRABALHOS PROVISÓRIOS**

  Em caso de sinistro coberto pela apólice, ficam também garantidos os custos incorridos pelo segurado com reparações provisórias e/ou temporárias, quer estas venham, ou não, a ser incluídas nos trabalhos definitivos, desde que tais reparações sejam necessárias, quer seja por questões de segurança, de manutenção do serviço/uso público, ou qualquer outra necessidade superveniente.

  Adicionalmente, através desta Condição Especial, também ficam garantidos os custos extraordinários para aceleração dos trabalhos, ou substituição definitiva dos bens seguros que tenham sofrido perdas ou danos provocados por uma situação coberta por esta apólice, incluindo os custos com encargos extras por horas extraordinárias, trabalho noturno, trabalho em dias feriados e transporte em via rápida e frete aéreo. O limite máximo de responsabilidade do segurador, ao abrigo desta Condição Especial, é de 30.000,00 euros/ano/sinistro.

- **DESENHOS, DOCUMENTOS E LIVROS**

  Fica acordado que o âmbito desta cobertura é extensível a desenhos, documentos e livros com interesse histórico, artístico, técnico e/ou cultural.

- **FURTO E/OU ROUBO**

  Fica acordado que em complemento às disposições previstas nas Condições Gerais, a cobertura de furto e/ou roubo considera-se extensível à garantia do furto dos bens seguros quando praticado sub-repticiamente e às ocultas do segurado, seus funcionários, vigilantes e ou outros prestadores de serviços, enquanto as instalações se encontrarem abertas ao público.

- **OBRAS MENORES**

  Ficam cobertas as perdas e danos materiais sofridos pelos bens que correspondam a obras menores de construção, montagem, ampliação, modificação, reparação, manutenção e conservação, inclusivamente colocar a funcionar e testes, bem como aos materiais reunidos ao pé da obra, incluindo equipamentos, maquinaria e ferramentas em que o segurado tenha interesse, desde que as ditas obras sejam realizadas nos locais de risco seguros e devido a uma risco garantido pela presente apólice. Ao finalizar esta cobertura por termo da obra, os bens afetados serão considerados automaticamente incluídos na cobertura desta apólice.

  Consideram-se obras menores, para efeito de aplicação desta Condição Especial, aquelas cujo valor não supere os 150.000,00 €.

- **COMPENSAÇÃO DE CAPITAIS**

  Pela alteração que for necessária nas Condições Gerais da apólice, fica expressamente estabelecido que se, no momento, em que ocorre um sinistro existir excesso de capital seguro em quaisquer bens seguros, o dito excesso aplicar-se-á aos bens que estejam insuficientemente seguros. Admitida a compensação na forma indicada, proceder-se-á ao normal pagamento do sinistro de acordo com o estabelecido nas Condições Gerais da apólice.

- **PRIVAÇÃO TEMPORÁRIA DO LOCAL ARRENDADO E/OU OCUPADO**

a) **Função Habitacional**

Nos termos desta Condição Especial e até aos limites fixados, o Segurador garante às pessoas que ocupem os fogos/habitações do tomador seguras nesta apólice, em caso de sinistro coberto pelas garantias do contrato, o seguinte:

1. Gastos de hotel - Se os edifícios ou algum dos fogos/habitações seguros ficarem inabitáveis, o pagamento de hotel ou reembolso de gastos até ao montante máximo de 2.000,00 euros, por fogo/habitação sinistrado. Sempre que possível o segurador pagará a indemnização diretamente à entidade prestadora dos serviços de hospedagem.
2. Gastos de mudança e guarda de bens - Se os edifícios ou algum dos fogos/habitações seguros ficarem inabitáveis:
   - a mudança até à habitação provisória e respetivos custos, os quais não poderão ultrapassar 350,00 euros, por fogo/habitação sinistrado.
   - a guarda dos objetos e bens que não se transfiram para a habitação provisória e respetivos custos, os quais não poderão ultrapassar 350,00 euros, por fogo/habitação sinistrado.
3. Gastos de restaurante e lavandaria - Se os edifícios ou algum dos fogos/habitações seguros ficarem inabitáveis, os gastos de restaurante e lavandaria, até ao montante máximo de 2.000,00 euros, por fogo/habitação sinistrado.

b) **Função Profissional**

Nos termos desta Condição Especial e até aos limites fixados, o Segurador, indemnizará o Segurado, em caso de sinistro coberto por esta apólice, que lhe origine privação temporária do uso do local arrendado ou ocupado, pela sua atividade, pelas despesas em que o mesmo tiver de razoavelmente incorrer com a armazenagem dos objetos seguros não destruídos, incluindo o respetivo transporte, ou com o exercício provisório da atividade noutro local até ao limite do capital fixado para esta garantia.

A indemnização será paga contradocumentos comprovativos das despesas efetuadas, após dedução dos encargos a que o Segurado estaria sujeito se o sinistro não tivesse ocorrido e que, entretanto, deixou de suportar.

Os bens seguros que tenham sido transferidos para outro local de risco, ao abrigo desta cláusula, continuam garantidos nas mesmas condições desta apólice.

No geral, o limite máximo de indemnização da presente Condição Especial é de 35.000,00 euros, por sinistro e ano do seguro, sendo a garantia válida pelo período indispensável à reinstalação no local onde se verificou o sinistro, sem nunca poder exceder os 9 meses.

8. OUTRAS CONDIÇÕES APLICÁVEIS AO SEGURO

8.1. Para reclamações de prejuízos até 2.500,00 euros, antes de aplicação da franquia contratual, o segurador prescinde do processo de peritagem e aceita processar as indemnizações com base na apresentação de um dos seguintes documentos:

8.1.1. Apresentação da participação de sinistro;

8.1.2. Cópia do orçamento de reparação, em caso de perda parcial;

8.1.3. Em caso de perda total, cópia do recibo de aquisição do bem à data da compra, ou cópia do recibo de substituição, ou fatura pró-forma, ou cópia da ficha de imobilizado, onde conste a descrição e o valor do bem.

8.2. Independentemente do valor da reclamação e sempre que esta seja paga em dinheiro, o segurador incluirá sempre no montante a indemnizar, o correspondente valor de IVA, quando este for efetivamente suportado pelo Município, não podendo invocar para tal, a entrega dos originais dos recibos, quando estes forem emitidos à ordem do Município, uma vez que por lei, está vedada a estas entidades a dedução do imposto em causa.

4. SEGURO DE OBRAS DE ARTE

O seguro deverá ser, mas não só, conforme à Lei n.º 114/91, de 3 de setembro, que altera o Código dos Direitos de Autor e dos Direitos Conexos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de março, artigo 158.º: - Responsabilidade pelas obras expostas, bem como pela guarda em edifícios de propriedade do Município de Viseu na qualidade proprietária do Museu do Quartzo e responsável pela coleção de minerais disponibilizada, pelo Museu Grão Vasco.

1. LOCAL DE RISCO

1.1 O local de risco é no Monte de Santa Luzia, Freguesia do Campo – Viseu.

2. CARACTERIZAÇÃO DO RISCO

- É um edifício que foi adaptado para a instalação inicial do museu, onde funcionam serviços administrativos, gabinetes de biblioteca de arte, centro documental e loja, e, também, se realizam exposições.
- As portas são reforçadas por chapas de ferro, as janelas têm grades de ferro e o sistema de alarme está ligado à central do instalador.
- Tem sistema de deteção automática de incêndio ligado à central dos bombeiros.
- Tem sistema de videovigilância.
- Tem sistema de alarme ligado à central do instalador.
- Tem sistema de deteção automática de incêndio ligado à central dos bombeiros.
- Tem sistema de videovigilância.
- Tem vigilância humana permanente, por um elemento contratado a uma empresa de segurança.
- Outras informações em www.cm-viseu.pt/index.php/using-joomla/extensions/components/.../484-slide-7 Museu do Quartzo

3. CAPITAL A SEGURAR

3.1. As peças a segurar, no valor total estimado de **809.813.76** €, são património do Museu do Quartzo, enquanto entidade detentora de bens culturais, utiliza o sistema de inventário e gestão de coleções museológicas, disponível por meios informáticos, concebido e desenvolvido pelo Instituto dos Museus e da Conservação (IMC), instituição pública sob égide Estatal, onde as peças são identificadas e codificadas sem atribuição de valores intrínsecos ou nominais.

4. COBERTURAS GARANTIDAS

4.1. Em concreto, deve garantir o valor das obras de arte até ao capital seguro contra perda ou dano material ocorridos em qualquer parte o mundo, durante deslocações de ida e regresso por qualquer meio e transporte, durante as exposições promovidas pelo Município, bem como em exposições e ou armazenagem nos museus e outros imóveis seguros pela apólice, excluindo perdas ou danos por desgaste natural ou por deterioração devida a má conservação ou contaminação biológica ou química.

4.2. A cobertura é "ALL RISKS", (Todos os Riscos) incluindo o Transportes (Clausula A)

4.3. Exclusões:

1. Perdas ou danos causados pelo desgaste natural do bem ou pela sua deterioração, pelo uso de materiais impróprios ou defeituosos, pela ferrugem ou oxidação, traças, deformação ou encolhimento, ou por putrefação, fungos, bolor ou infestações.

2. Falhas ou avarias mecânicas.

3. Contaminação biológica ou química, incluindo o envenenamento que impeça ou limite o uso de um objeto, devido aos efeitos de qualquer agente químico ou biológico, resultante de um ato de terrorismo.

4. Perda, dano ou responsabilidade civil resultantes, direta ou indiretamente, de reações nucleares, radiações nucleares ou contaminação radioativa.

5. Perda, dano ou responsabilidade civil, resultantes, direta ou indiretamente, de guerra, invasão, atos de inimigos estrangeiros, hostilidades (quer seja declarada guerra ou não), guerra civil, rebelião, revolução, poder militar ou usurpado.

6. Perda, dano ou responsabilidade civil, resultantes do confisco, estrago ou destruição da sua propriedade por ordem de qualquer governo ou autoridade pública.

7. Sinistro a cuja indemnização teria direito noutra apólice se esta apólice não existisse.

5. FRANQUIA

5.1 Sem a aplicação de franquia.

6. FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento do prémio será em frações trimestrais, sem cargas de fracionamento

5. SEGURO DE MÁQUINAS CASCO

1. OBJETO E ÂMBITO DO SEGURO

1.1 Máquinas e equipamentos móveis que integram o parque de viaturas do tomador do seguro, conforme **Anexo 4**.

2. LOCAL DE RISCO

2.1 Todo e qualquer local onde o segurado possua instalações ou interesses.

3. ÂMBITO DA COBERTURA

3.1 Perda ou danos nas máquinas e equipamentos seguros ocasionados por acontecimentos externos de carácter súbito e imprevisto devido a:

COBERTURAS BASE:

- Incêndio, queda de raio e explosão;
- Furto e/ou roubo, ou a sua tentativa;
- Choque, colisão, capotamento, descarrilamento e queda em valas;
- Acidentes durante as operações de carga ou descarga dos equipamentos, incluindo o respetivo transporte dos equipamentos seguros;
- Impacto de objetos, erro de manobra, imperícia, acidente de montagem e queda de casco;
- Avalanches, aluimentos e/ou deslizamentos de terrenos, queda de terras ou de pedras resultantes de escorregamento de barreiras;
- Tempestades, ciclones, inundações, sismos erupções vulcânicas, marmotes e outros fenómenos da natureza.
- Queda de aeronaves;

COBERTURAS ADICIONAIS:

- Greves, assaltos, tumultos e alterações da ordem pública;
- Despesas de remoção de escombros e salvamento; (capital seguro)
- Fica garantida a extensão da cobertura de danos próprios de máquinas casco desta apólice, aos acidentes de circulação, ocorridos em estradas, vias ou caminhos, que as viaturas seguras possam sofrer.

4. FRANQUIA

4.1 Em caso de sinistro, aplica-se uma franquia fixa de 250 € sobre o valor do prejuízo indemnizável.

4.2 Nos danos causados por sismos, erupções vulcânicas e maremotos admite-se uma franquia de 5% do capital seguro.

5. FORMA DE PAGAMENTO

5.1 O pagamento do prémio será anual.

6. SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL

1. OBJETO E ÂMBITO DO SEGURO

1.1. Pretende-se um Seguro de Responsabilidade Civil Geral - cobrindo as consequências pecuniárias resultantes de danos corporais e materiais da responsabilidade do Município de Viseu, em todo o território de Portugal Continental que garanta a responsabilidade civil extracontratual decorrente da atividade do Município, com exclusão das responsabilidades sujeitas a seguro obrigatório.

1.2. Pelo presente contrato ficam garantidos, até aos limites fixados, o pagamento das indemnizações que, ao abrigo da legislação em vigor, sejam exigíveis ao segurado, em consequência de danos decorrentes de lesões corporais e/ou materiais causadas a terceiros, e resultante da atividade do segurado, entendendo-se pela atividade as suas atribuições e competências legalmente definidas.

1.3. No seguro de responsabilidade civil autarquias tem de ser efetuada uma apólice para os espaços de jogo e recreio. O capital a segurar, inerente ao seguro de responsabilidade civil por danos corporais causados aos utilizadores em virtude de deficiente instalação e manutenção dos espaços de jogo e recreio, respetivo equipamento e superfícies de impacto é de 366.390.36,00€, o qual é automaticamente atualizado em janeiro de cada ano, de acordo com o índice de preços no consumidor verificado no ano anterior e publicado pelo Instituto Nacional de Estatística.

1.4.

1.5. O capital a segurar, inerente ao seguro de responsabilidade civil por danos corporais causados aos utilizadores das instalações desportivas cobertas ou ao ar livre, em virtude de deficientes condições de instalação e manutenção dos equipamentos desportivos é de €200.000,00 pelo período do seguro, independentemente dos sinistros ocorridos e do número de lesados envolvidos.

1.6. Os locais de riscos estão identificados no **Anexo 5**.

2. PESSOAS SEGURAS

2.1. Agentes colocados sob autoridade da entidade adjudicante no exercício das funções para que foram requisitados;

2.2. Civis requisitados para prevenir ou fazer cessar qualquer acidente, incêndio, flagelo ou calamidade;

2.3. Todo e qualquer voluntário que preste auxílio à entidade adjudicante.

3. ATIVIDADES DO TOMADOR DO SEGURO

São consideradas atividades do tomador do seguro, todas as atribuições e competências dos municípios e órgãos municipais de acordo com a legislação em vigor, excluindo-se apenas as atividades que sejam exercidas por empresas municipais ou multimunicipais criadas, geridas ou participadas pelo Tomador de Seguro, podendo envolver atividades diversas, nomeadamente:

⇒ Bibliotecas Municipais, Feiras, Exposições, Mercados, Conferências, Manifestações Culturais, Feiro do Livro e artesanato, Festas e Marchas Populares, Diversas Romarias, Desportivas ou análogas, Cantinas, Piscinas, Colónia de Férias e Atividades de Interrupções Letivas, Escolas, Parques Infantis, Jardins de Infância, Parques Desportivos, Pavilhões Desportivos, Piscinas e outros Equipamentos Desportivos de Recreio ou Culturais, Canil/Gatil Municipal Serviços de Recolha manual ou mecânica de Resíduos ou Detritos Sólidos, Limpeza e Higiene Urbana, Conservação de Auditórios, Galerias e Arquivo Histórico, Parques e Jardins, Cemitérios, Resíduos, Sistema de Sinalização e Trânsito, atividades de promoção Turística, Gestão de Refeitórios Escolares, Rede de Transportes Escolares e bens confiados ao Município de Viseu.

4. CAPITAIS E COBERTURAS

4.1. O capital a segurar é de 1.000.000,00 € por sinistro e anuidade.

4.2. Em relação à cobertura, pretende-se garantir até aos limites fixados, o pagamento das indemnizações que, ao abrigo da legislação em vigor, sejam exigíveis ao segurado, em consequência de danos decorrentes de lesões corporais e/ou materiais causadas a terceiros por um sinistro de carácter súbito e imprevisto, e resultante da atividade do segurado, entendendo-se pela atividade as suas atribuições e competências legalmente definidas. A título enunciativo, pretende-se garantir o pagamento das indemnizações a terceiros, resultantes das responsabilidades derivadas:

a) Da realização de trabalhos, serviços e prestação de serviços, que resultem das atribuições e competências legais do Segurado;

b) Dos atos, erros ou omissões do Segurado;

c) Dos agentes dependentes e/ou requisitados pelo Município, ao abrigo da legislação em vigor;

d) Da sua qualidade de proprietário, arrendatário, usufrutuário e/ou possuidor de imóveis e equipamentos, quer estes sejam destinados a utilização pública ou privada;

e) Da exploração e manutenção de parques de estacionamento, garagens, oficinas, estaleiros (considerando-se como terceiros os utentes de quaisquer destas instalações, quer sejam ou não funcionários do tomador) e postos abastecedores de combustíveis;

f) Dos pontos de atendimento, venda e/ou lojas municipais do segurado;

g) Da execução de trabalhos de construção, ampliação, renovação, conservação, manutenção, reparação ou reabilitação;

h) De acidentes causados por falta de sinalização, sinalização deficientes ou por sinalização retirada por terceiros ou ação de elementos naturais;

i) Da organização e realização de festas, conferências, reuniões e outras atividades ou eventos de carácter social, cultural, musical, desportivo, recreativo e educacional;

j) De operações de carga, descarga e transporte de matérias, produtos, ou equipamentos inerentes à atividade do segurado;

k) De deficiente instalação, manutenção, assistência ou vigilância nos espaços de jogo e recreio, respetivo equipamento, superfícies de impacto e mobiliário urbano, conforme art.º 31 do Decreto-Lei n.º 203/2015, de 17 de setembro, com a redação que lhe for dada por posteriores alterações. Esta garantia tem um sublimite de **366.390.36,00€,**por sinistro e período do seguro, sendo automaticamente atualizado em janeiro de cada ano, de acordo com o índice de preços no consumidor verificado no ano anterior, e publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, I. P.;

l) De deficientes condições de instalação e manutenção dos equipamentos desportivos, conforme art.º 11 do Decreto-Lei n.º 100/2003, de 23 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 82/2004, de 14 de abril e posteriores alterações. Esta garantia tem um sublimite de **200.000,00 €,** por sinistro e período do seguro, de acordo com a Portaria n.º 1049/2004, de 19 de agosto;

m) De máquinas e gruas em laboração que sejam utilizadas no seu interesse e/ou sob a sua direção efetiva;

n) Da utilização de ascensores, monta-cargas, plataformas, escadas rolantes e outros equipamentos de elevação;

o) Da queda total ou parcial de anúncios ou outros painéis, antenas, parcómetros, postes de iluminação, de sinalização e outras antenas ou mastros que sejam propriedade do Município ou por ela sejam explorados;

p) Da propriedade ou guarda de animais;

q) Do armazenamento, utilização, transporte e lançamento de fogo-de-artifício e foguetes;

r) De incêndio e/ou explosão;

s) Por perdas indiretas, lucros cessantes, paralisações e danos emergentes, desde que tais danos resultem de responsabilidades cobertas por este contrato de seguro. Esta garantia tem um sublimite de indemnização máximo de **75.000,00 €**, por sinistro e anuidade;

t) De danos causados a serviços enterrados e aéreos;

u) Da propriedade, manutenção e conservação de parques, zonas verdes, espaços ajardinados e zonas arborizadas;

v) Do exercício das atividades desenvolvidas pelas Juntas de Freguesia, no âmbito das competências delegadas pela Câmara Municipal;

w) Da qualidade de Entidade Empregadora, ficando garantidas as indemnizações pecuniárias, devidas, a título de responsabilidade civil extracontratual, pelo Segurado aos seus trabalhadores ou respetivos herdeiros, exclusivamente por danos não patrimoniais decorrentes de lesões corporais sofridas em consequência de acidente que, nos termos da lei, seja qualificado como de trabalho. Excluindo-se os danos indemnizáveis ao abrigo do seguro de acidentes de trabalho, mesmo em caso de insuficiência da respetiva apólice. Esta garantia tem um sublimite máximo de indemnização de **75.000,00 euros**, por sinistro e anuidade;

x) Em bens ou objetos de terceiros que estejam confiados, alugados ou arrendados ao segurado para guarda, utilização, trabalho ou outro fim;

y) Pelas obras, trabalhos, prestação de serviços, produtos e suas embalagens, produzidos, armazenados e/ou fornecidos pelo segurado se as reclamações forem motivadas por erro, omissão ou vicio oculto que se revelem somente após a receção expressa ou tácita dos referidos bens ou serviços;

z) Dos danos causados por poluição, contaminação, fuga ou vazamento, em consequência de um acontecimento imprevisto, súbito e não intencional decorrente da atividade do Segurado, incluindo o custo de remoção, neutralização, anulação ou limpeza das substâncias de poluição ou contaminação, com sublimite de **50.000,00 €.**

aa) Da responsabilidade civil legal subsidiária e/ou solidária decorrente de danos causados por empresas contratadas e subcontratadas para a execução de obras e serviços, ficando salvaguardado o direito de regresso do segurador contra as entidades diretamente responsáveis pelos danos;

bb) Decorrente de rebentamento, rotura ou transbordamento de canos, condutas, adutores, coletores, emissários, depósitos, estações elevatórias e estações de tratamento;

cc) Pelas tampas, caixas de visita e sumidouros das redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais urbanas;

dd) Decorrentes da montagem e desmontagem de contadores.

ee) Danos resultantes da recolha, tratamento, transporte e desembaraçamento de águas residuais (urbanas e pluviais), incluindo a totalidade das infraestruturas;

ff) Danos causados pela captação, tratamento, reserva e distribuição de água, incluindo a totalidade das infraestruturas;

gg) Danos resultantes do transporte, carga, descarga e armazenamento de mercadorias, nomeadamente reagentes químicos usados no tratamento da água;

hh) Danos decorrentes de más condições de conservação e/ou manutenção das estradas municipais;

ii) Resultantes da atividade de derrube e corte de árvores através de administração direta;

jj) Resultantes de queda de árvores, ramos ou outros acidentes com árvores ou arbustos sob gestão e manutenção do Segurado;

kk) Da utilização e funcionamento do conjunto de serviços camarários, tais como: Feiras e mercados, cantinas, colónias de férias, jardins-de-infância e escolas primárias, lares de 3ª idade, parques infantis, conservação de parques e jardins e espaços públicos.

ll) Da utilização de animais pertença da Autarquia, desde que acompanhados do devido guardador;

mm) Da utilização e montagem de bancadas/palcos móveis com carácter temporário por iniciativa da Autarquia;

nn) Danos provocados pelos contentores do lixo;

oo) Dos danos causados por poluição, contaminação de solo, das águas ou da atmosfera, em consequência de um acontecimento imprevisto, súbito e não intencional decorrente da atividade do Segurado, incluindo o custo de remoção, neutralização, anulação ou limpeza das substâncias de poluição ou contaminação, com sublimite de **50.000,00 €**;

pp) De deficientes condições de instalação e manutenção de circuitos de exercícios de manutenção, incluído o disposto no Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho, Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro e Decreto-Lei n.º 48/2011, de 01 de abril e Decreto-Lei n.º 204/2012, de 29 de agosto.

qq) De deficiências na instalação e manutenção de funcionamento dos recintos de espetáculos e de divertimento público, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro, Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 junho e Decreto-Lei n.º 268/209, de 29 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 204/2012, de 29 agosto.

rr) Por intoxicação alimentar provocada por alimentos e/ou bebidas servidas nos refeitórios escolares e instalações de restauração geridas pelo segurado;

ss) Dos danos decorrentes da atividade do Centro de Recolha Oficial (canil/gatil municipal) bem como, em eventos realizados pelo município, desde que os mesmos se encontrem devidamente acompanhados por pessoas por eles responsáveis e/ou que se encontrem em processo de adoção, desde que não sejam cães sujeitos a obrigatoriedade de seguro de animais perigosos;

5. EXCLUSÕES

Derrogando tudo o que em contrário estiver estipulado nas Condições Gerais, constituem exclusões únicas do presente contrato de seguro os danos:

5.1. Decorrentes de atos ou omissões dolosas do Tomador do seguro, do Segurado ou de pessoas por quem estes sejam civilmente responsáveis;

5.2. Causados pelo tomador do seguro, pelo Segurado ou pessoas seguras em estado de embriaguez ou sob influência de estupefacientes, drogas ou outros produtos tóxicos, desde que esse estado ou influência estejam devidamente comprovados, por decisão judicial transitada em julgado;

5.3. Decorrentes de acidentes de viação provocados por veículos que, nos termos da legislação em vigor, sejam obrigados a seguro;

5.4. Decorrentes de acidentes provocados por aeronaves;

5.5. Decorrentes de acidentes provocados por embarcações marítimas, lacustres ou fluviais;

5.6. Decorrentes, direta ou indiretamente, de explosão, libertação de calor ou radiação provenientes de desintegração ou fusão de átomos, aceleração artificial de partículas ou radioatividade;

5.7. Causados aos empregados, assalariados ou mandatários do Tomador do seguro, quando ao serviço deste e desde que tais danos resultem de acidente enquadrável na legislação sobre o Acidentes de trabalho, sem prejuízo do previsto na cobertura de Responsabilidade Civil de Entidade Empregadora do Segurado;

5.8. As reclamações decorrentes de responsabilidade assumidas por acordo ou contrato particular, na medida em que a mesma exceda a responsabilidade a que o segurado estaria obrigado na ausência de tal acordo ou contrato;

5.9. Uso ou armazenamento de explosivos, sem prejuízo da cobertura concedida para fogo-de-artifício e foguetes;

5.10. Atrasos ou incumprimento na efetivação dos trabalhos ou serviços;

5.11. Ação de campos eletromagnéticos;

5.12. Danos originados por motivos de força maior, nomeadamente, os associados a tremores de terra, furacões, trombas de água, ciclones, inundações e quaisquer outros fenómenos naturais de natureza catastrófica;

5.13. Falha ou falta de fornecimento;

5.14. Os danos resultantes de asbestos, fibras de asbestos ou produtos que contenham asbestos ou sílica;

5.15. Os danos decorrentes de acidentes devidos a atos de guerra, guerra civil, invasão, lei marcial, hostilidades, revolução, rebelião, insurreição, poder militar usurpado ou tentativas de usurpação do poder, motins, comoção civil, terrorismo, confiscação, requisição e destruição causada por ordem do governo ou quaisquer autoridades públicas ou locais, vandalismo, sabotagem, assaltos, greves, tumultos e "*lock-out*";

5.16. Os danos decorrentes de reclamações resultantes ou baseadas direta ou indiretamente na aplicação de quaisquer taxas, multas ou coimas, impostas por autoridades competentes, bem como de outras penalidades de natureza sancionatória ou fiscal e por indemnizações fixadas a título de danos punitivos, danos de vingança e exemplares;

5.17. Derivados da interrupção ou suspensão total ou parcial da atividade exercida pelo Segurado;

5.18. Sofridos pelos próprios produtos do Segurado, bem como os gastos para averiguar e reparar tais danos.

5.19. Os danos causados à biodiversidade, entendida esta como habitats e espécies naturais nos termos constantes do anexo I da Diretiva n.º 79/409/CEE ou dos anexos i, II e IV da Diretiva n.º 92/43/CEE ou habitats e espécies não abrangidos por aquelas diretivas mas em relação ao quais tiverem sido designadas áreas de proteção ou conservação nos termos do direito nacional relativo à conservação da natureza, bem coimo quaisquer despesas efetuadas para prevenir estes danos.

6. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PARA ANÁLISE DO RISCO

O orçamento anual, a população e a área total, da entidade adjudicante para o ano de 2022, é o seguinte:

Orçamento	População (censos 2021)	Área Total do Concelho (Km²)
140,4 M €	99 693 hab.	507,1 km²

7. CONDIÇÕES ESPECIAIS / FRANQUIA

7.1. Em caso de sinistro, fica a cargo do segurado, as seguintes franquias:

⇒ 10%, no mínimo de 650,00 € por danos provocados pelas tampas, caixas de visita e sumidouros e/ou decorrentes de más condições de conservação e/ou manutenção das estradas municipais;

⇒ Fixa de 500,00 €, nas restantes coberturas garantidas.

7.2. A franquia contratual não é oponível aos terceiros lesados. Assim e após satisfação da indemnização aos terceiros lesados, o segurador emitirá um recibo de reembolso de franquia ao Município, o qual providenciará no seu pagamento no prazo de 30 dias.

7.3. Caso sejam efetuadas participações de danos a terceiros, que se materializem em danos inferiores à franquia, o segurador aceitará, a pedido do Município, a condução do processo. Nestes casos e se existir lugar a pagamento de alguma indemnização a terceiros lesados, repetindo, mesmo que de valor inferior à franquia, o segurador procederá de acordo com o indicado no ponto anterior.

8. FORMA DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento do prémio será em frações trimestrais, sem cargas de fracionamento.

LOTE I I

1. SEGURO DE GRUPO DE ACIDENTES PESSOAIS AUTARCAS

1. OBJETO E ÂMBITO DO SEGURO

1.1. Deve garantir os acidentes corporais sofridos pelos respetivos autarcas, eleitos locais, quando se encontrem ao serviço da autarquia, em qualquer parte do mundo, conforme previsto no n.º 1 do artigo 17.º da Lei n.º 29/87, de 30 de junho, alterada pela Lei n.º 52-A/2005, de 10 de outubro.

1.2. Para efeito deste seguro são consideradas as seguintes Pessoas Seguras:

- Presidentes de Câmara
- Vice-Presidente e Vereadores em regime de permanência
- Vereadores em regime de não permanência
- Presidente e Membros da Assembleia Municipal

Nota: Os membros da Assembleia Municipal participam anualmente em 5 sessões ordinárias, podendo existir sessões extraordinárias de acordo com o disposto do artigo 28.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação vigente.

1.3. Considerando que estamos na presença de um seguro com nomes e que por vezes quando as pessoas seguras estão impossibilitadas de exercer as suas funções, elas são substituídas temporariamente (ex.: em caso de doença), o segurador assume a cobertura de tais substituições / suspensões temporárias, sem existir a necessidade de comunicação das referidas alterações temporárias, por parte do Município, uma vez que a citada situação não aumenta o número de pessoas seguras, i.e., o risco assumido pelo segurador.

1.4. Pretende-se uma apólice aberta.

1.5. Os vereadores em regime de não permanência integram o executivo municipal, participando, por regra, apenas nas reuniões da Câmara Municipal (em média duas reuniões mensais)

2. RISCOS A SEGURAR

2.1. Eleitos locais em regime de permanência – Risco Profissional e Extraprofissional (24 horas por dia);

2.2. Eleitos locais em regime de não permanência e Membros da Assembleia Municipal – Risco Profissional (quando no exercício das funções ou em representações autárquicas);

2.3. Garantindo-se adicionalmente os seguintes riscos:

2.3.1. Resultantes de cataclismo da natureza, tais como ventos ciclónicos, terramotos, maremotos e outros fenómenos análogos nos seus efeitos e ainda ação do raio;

2.3.2. Consequentes de greves, distúrbios laborais, alteração de ordem pública, atos de terrorismo e sabotagem;

2.3.3. Resultantes da utilização pelo Tomador do seguro/Pessoa Segura, durante as deslocações, de meios normais de transporte, incluindo veículos motorizados de duas rodas e aeronaves comerciais e particulares.

3. CAPITAIS E COBERTURAS

Pessoas Seguras	Morte ou Invalidez Permanente	Incapacidade Temporária	Despesas de Tratamento e Repatriamento	Despesas Funeral
1 Presidente	250.000,00 €	50,00 €/dia	15.000,00 €	5.000,00 €
4 Vereadores em Regime Permanência	250.000,00 €	50,00 €/dia	15.000,00 €	5.000,00 €
4 Vereadores em Regime de N Permanência	125.000,00 €	25,00 €/dia	10.000,00 €	5.000,00 €
57 Presidente e Membros Assembleia Municipal	50.000,00 €	15,00 €/dia	5.000,00 €	5.000,00 €

4. OUTRAS COBERTURAS E CAPITAIS SEGUROS

Presidente e Vereadores em Tempo Inteiro	
Cobertura Garantida	Capital Seguro
Subsídio Diário por Hospitalização (Acidente):	50,00 €/Dia
Busca e Salvamento	15.000 €
Readaptação de Habitação e Modificação de Veículo	5.000 €
Paraplegia	25.000 €

Tetraplegia	50.000 €
Bens Pessoais	5.000 €
Vereadores a Tempo Parcial e Restantes Pessoas Seguras	
Subsídio Diário por Hospitalização (Acidente):	25,00€/Dia
Busca e Salvamento	15.000 €

5. CONDIÇÕES ESPECIAIS

5.1 Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais, este seguro deverá garantir as consequências de sinistros que se traduzam em:

- Roturas e/ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;
- Implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortóteses, desde que em consequência de acidentes com danos corporais;
- As despesas de transporte, prescritas pelo médico assistente, que se adequem à natureza da lesão;
- Os acidentes verificados em pessoas com mais de 70 anos.
- Estomatologia
- Os acidentes verificados em pessoas com mais de 70 anos.

Em caso de sinistro, os sinistrados serão tratados através dos prestadores clínicos do Segurador, como se do ramo Acidente Trabalho se tratasse, até ao limite do capital seguro.

6. FRANQUIA

6.1. Sem Franquia

7. FORMA DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento do prémio será em frações semestrais, sem cargas de fracionamento

2. SEGURO DE GRUPO DE ACIDENTES PESSOAIS – BOMBEIROS

1. OBJETO E ÂMBITO DO SEGURO

1.1. O Seguro de Acidentes Pessoais dos Bombeiros corresponde à concretização do direito estabelecido no Regime Jurídico dos Bombeiros Portugueses que estabelece a cobertura de acidentes ocorridos no exercício da sua missão, em qualquer parte do mundo, de acordo com o Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, na sua redação atual.

1.2. Ficam cobertos os sinistros em consequência de exercícios de instrução ou a prática de atividades desportivas no âmbito da Corporação ou Inter-Corporações, bem como os acidentes ocorridos durante o percurso para o local de apresentação ao serviço ou do regresso deste, qualquer que seja o meio de transporte utilizado

1.3. Estão igualmente cobertos os acidentes ocorridos em ações de formação, instrução, treino, cerimónias, festividades, exibição e outros atos similares.

1.4. Ficam cobertos todos os acidentes que decorram de acidentes de viação e aviação, qualquer que seja o meio de transporte utilizado.

1.5. Para efeito deste seguro é considerada como pessoa segura, o Bombeiro conforme definido na alínea a) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, na sua redação atual, pertencente a Corpos de Bombeiros Profissionais ou Mistos nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 247/2007, de 27 de junho.

Corporações	Corpo Ativo	Corpo Não Ativo
Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários Viseu	**125**	**48**
Bombeiros Sapadores Comandante dos Bombeiros Municipais	**67** **1**	

1.6. Pretende-se uma apólice aberta.

2. CAPITAIS E COBERTURAS

2.1. Ficam cobertos os acidentes ocorridos em território nacional e no estrangeiro, quando no exercício exclusivo das suas missões, ou por causa delas, incluindo ações de formação ou de instrução, bem como os acidentes ocorridos durante o percurso direto para o local de apresentação ao serviço ou do regresso deste, qualquer que seja o meio de transporte utilizado;

2.2. Os capitais a garantir são os que abaixo se indicam, salvaguardando-se, que em caso algum, estes poderão vir a ser inferiores aos limites mínimos legalmente definidos (Portaria n.º 123/2014, de 19 de junho), por pessoa, na contratação do seguro obrigatório de acidente pessoais/bombeiros e compreendem os seguintes riscos:

QUADRO ATIVO

Coberturas garantidas	Capitais seguros
Morte por acidente	176.250,00 €
Na morte da pessoa segura, os filhos menores receberão:	5.000,00 €
Invalidez permanente por acidente	176.250,00 €
Despesas de tratamento por acidentes	70.500,00 €
Subsídio diário por incapacidade temporária por acidente	(1) Até 105,75 €
Subsídio mensal aquando da incapacidade temporária pa despesas de primeira necessidade	50,00 €
Morte simultânea da pessoa segura e cônjuge	15.000,00 €
Despesas de funeral	2.500,00 €
Despesas com operações de salvamento, busca, transpo sinistrado	1.000,00 €
Paraplegia	25.000,00 €
Tetraplegia	50.000,00 €
Indemnização por queimadura	Até 5.000,00 €
Cicatriz facial ou desfiguração	Até 5.000,00 €

QUADRO NÃO ATIVO

Coberturas garantidas	Capitais seguros
Morte por acidente	176.250,00 €
Invalidez permanente por acidente	176.250,00 €
Despesas de tratamento por acidentes	70.500,00 €
Subsídio diário por incapacidade temporária por acidente	(1) até 105,75 €
Despesas de Funeral	2.500,00€

(1) A referida portaria determina que o valor de indemnização relativo ao subsídio diário, em caso de incapacidade temporária absoluta e total que afete uma pessoa segura que seja estudante ou desempregado, deverá ser calculado em função do Salário Mínimo Nacional. Caso a pessoa segura seja reformada e não tenha perda efetiva de remuneração, não haverá lugar ao pagamento de ITA.

3. CONDIÇÕES ESPECIAIS

3.1. Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais: este seguro deverá garantir as consequências de sinistros que se traduzam em:

- As roturas e/ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;
- A implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortóteses;
- Inclusão de pessoas seguras com mais de 70 anos;
- As despesas de transporte, prescritas pelo médico assistente, que se adequem à natureza da lesão;
- Morte em consequência de inalação de fumos;
- Reconstituição cosmética por acidente causado ao abrigo das condições da apólice.
- Estomatologia

4. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

4.1. Nos casos em que a incapacidade temporária absoluta e total afete o segurado que seja estudante ou desempregado, o subsídio diário é calculado em função da remuneração mínima mensal;

4.2. Atualização automática dos capitais seguros sempre que o salário mínimo for alterado, aplicando-se o respetivo aumento do prémio, proporcional ao aumento do salário mínimo;

4.3. Considera-se como data efetiva de inclusão/exclusão de pessoas seguras na apólice e admissão/saída na corporação independentemente de qualquer desfasamento temporal entre a admissão/saída da corporação e a comunicação destes factos ao adjudicatário;

4.4. A adesão ao seguro será feita através do compromisso de cada uma das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntário recensear os seus efetivos na Autoridade Nacional de Proteção Civil. Qualquer alteração no quadro de pessoas seguras deverá ser comunicada pela Associação/Corpo de Bombeiros com a maior brevidade possível.

4.5. A assistência aos sinistrados no âmbito deste contrato deve ser prestada diretamente pela seguradora, como se do ramo Acidente Trabalho se tratasse, até ao limite do capital, através de clínicas/consultórios, no concelho de Viseu ou nos concelhos limítrofes e nos serviços hospitalares da seguradora, bem como o fornecimento de medicamentos ou outros alvos de prescrições médicas, sem encargos para o sinistrado, em farmácias do concelho ou concelhos limítrofes.

5. FRANQUIA

5.1. Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais da apólice, neste seguro não haverá lugar à aplicação de qualquer franquia, incluindo no caso de indemnizações por Invalidez Permanente.

6. FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento do prémio será em frações semestrais sem cargas de fracionamento.

3. SEGURO DE GRUPO DE ACIDENTES PESSOAIS DE PROGRAMAS OCUPACIONAIS PROMOVIDOS PELO IEFP – INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P. E OUTRAS ENTIDADES.

1. OBJETO DO SEGURO

1.1. Seguro de Acidentes Pessoais com Nomes, Apólice aberta, abrangendo todas as pessoas cedidas ao abrigo das medidas Contrato Emprego-Inserção, Contrato Emprego-Inserção + e Atividades Socialmente Úteis.

1.2. O presente seguro garante os acidentes acorridos durante o desenvolvimento de atividades ocupacionais ou equiparadas, durante o percurso direto entre o domicílio e o local do exercício da atividade ocupacional/estágio e retorno, qualquer que seja o meio de transporte utilizado, bem como durante as deslocações ao IEFP ou à instituição de Segurança Social por motivo de convocatória.

1.3. O adjudicatário obriga-se a emitir e entregar ao tomador do seguro uma declaração de realização de um Seguro de Acidentes Pessoais, até ao 4.º dia a contar do início da atividade.

2. CAPITAIS E COBERTURAS POR PESSOA SEGURA

Coberturas garantidas	Capitais seguros
Morte ou invalidez permanente	75.000 €
Despesas de tratamento e repatriamento	15.000 €
Incapacidade temporária (*)	26,00 €/ dia
Despesas de funeral	1.500 €

(*) A cobertura de Incapacidade temporária só é aplicável caso o sinistrado esteja a receber uma remuneração/bolsa à data do acidente. O subsídio diário por incapacidade temporária absoluta só é devido em caso de suspensão total ou parcial do subsídio atribuído pela entidade promotora, pelo que a indemnização por ITA não poderá, em caso algum ser superior ao valor que o trabalhador receberia se se encontrasse ativo na atividade ocupacional ou estágio.

3. RISCOS COBERTOS

3.1. Risco Profissional

4. FRANQUIA

4.1. Não são aplicadas franquias

5. **PERIODO DE VIGÊNCIA**

5.1. Em data a definir de acordo com o/os contratos a realizar com o IEFP ou outra entidade.

6. **OUTRAS CONDIÇÕES**

6.1. Em caso de sinistro o mesmo é tratado como se do ramo Acidentes de Trabalho se tratasse, até ao limite do capital seguro;

6.2. Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais, este seguro deverá garantir as consequências de sinistros que se traduzam em:

- As roturas e/ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;
- A implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortóteses;
- As despesas de transporte, prescritas pelo médico assistente, que se adequem à natureza da lesão;

7. **PRÉMIO**

7.1. Para efeito de cálculo do prémio global deverá ser considerado o período de 12 meses (365 dias) para cada estágio.

7.2. Deverá ser apresentado, prémio por pessoa, para os seguintes períodos de duração:

- Até 30 dias
- De 31 a 90 dias
- De 91 a 180 dias
- De 181 a 270 dias
- De 271 a 365 dias

8. **ESTIMATIVA PESSOAS A SEGURAR POR ANUIDADE**

8.1. Nº estimado de elementos – **30.**

8.2. As atividades a desenvolver são diversas no âmbito das atribuições autárquicas.

4. SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS PARTICIPANTES EM ATIVIDADES TEMPORÁRIAS (INCLUINDO DESPORTIVAS, RECREATIVAS E CULTURAIS)

1. **OBJETO E ÂMBITO DO SEGURO**

1.1 Ficam garantidos os participantes em acontecimentos ou eventos de carácter turístico, desportivo, cultural, musical, de recreio ou educativo.

1.2 As atividades, mencionadas anteriormente, desenvolvem-se em vários locais, dentro ou fora do concelho, podendo as mesmas serem efetuadas em recinto fechado ou aberto, dependendo do tipo de modalidade.

1.3 Ficam também incluídas a cobertura dos acidentes emergentes de deslocações em transporte fornecido pela entidade adjudicante para a participação naquele tipo de eventos.

1.4 O presente seguro aplica-se a qualquer acontecimento de natureza acidental, verificado durante o período da atividade.

1.5 Pretende-se um seguro de acidentes pessoais, anual, que abranja todos os participantes das atividades e eventos de carácter desportivo, cultural e recreio da entidade adjudicante, cuja realização se desenvolve eventual ou periodicamente, em determinados dias do ano.

1.6 Para efeito deste seguro são consideradas pessoas seguras todos os participantes das atividades e eventos de carácter desportivo, cultural e recreio, ou seja:

1.6.1 Os participantes em atividades temporárias, realizadas, organizadas ou patrocinadas pela entidade adjudicante, nomeadamente as que se referem a ocupação de tempos livres, festividades e outras manifestações, acontecimentos ou eventos desportivos, culturais e de recreio e as pessoas que participem em programas e/ou atividades ocupacionais, quer sejam de tempos livres, ou não.

2. CAPITAIS E COBERTURAS

2.1 Os montantes de capital a segurar, por pessoa são:

- As pessoas seguras que participem em atividades temporárias culturais, desportivas e de recreio, estarão garantidas pelos seguintes:

Cobertura	Capital
Morte ou Invalidez permanente absoluta e parcial	56.400,00 €
Despesas de funeral	5.640,00 €
Despesas de tratamento e repatriamento	7.050,00 €
Despesas com substituição e reparação de próteses e ortóte existentes	528,75 €

2.2 Os Capitais Seguros para as coberturas indicadas nos pontos anteriores, em janeiro de cada ano, de acordo com o índice de preços do consumidor verificado no ano anterior e publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, I.P e de acordo com o Decreto-Lei n.º 32/2011, de 7 de março e Portaria n.º 629/2004, de 12 de junho;

2.3 No Desporto Sénior ficam garantidas as pessoas com mais de 70 anos de idade.

2.4 Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais, este seguro deverá garantir as consequências de sinistros que se traduzam em:

⇒ Roturas e/ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;

⇒ Implantação ou reparação de próteses e/ou ortóteses;

⇒ As despesas de transporte, prescritas pelo médico assistente, que se adequem à natureza da lesão;

⇒ Acidentes verificados em pessoas com mais de 70 anos;

⇒ Estomatologia.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

3.1. Pretende-se uma apólice aberta;

3.2. A assistência aos sinistrados no âmbito deste contrato pode ser prestada diretamente pela seguradora, através de clínicas/consultórios, no concelho de Viseu ou nos concelhos limítrofes e nos serviços hospitalares da seguradora, bem como o fornecimento de medicamentos ou outros alvos de prescrições médicas, sem encargos para o sinistrado, em farmácias do concelho.

3.3. De acordo com o n.º 3 e 4, do artigo 14º - Seguros proibidos – do Decreto-Lei n.º 72/2008 de 16 de abril, nesta apólice de seguro aplicam-se aos menores de 14 anos todas as coberturas e capitais contratados.

3.4. Estimativa de atividade de acordo com o **Anexo 6**

.

1. FRANQUIA

4.1. Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais da apólice, neste seguro não haverá lugar à aplicação de qualquer franquia, incluindo no caso de indemnizações por Invalidez Permanente.

2. FORMA DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento do prémio será em frações semestrais, sem cargas de fracionamento.

5. SEGURO DE GRUPO ACIDENTES PESSOAIS – VOLUNTARIADO (INCLUINDO COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS)

1. OBJETO DO SEGURO

1.1. Seguro de acidentes pessoais, nos termos da Lei 71/98, de 31 de novembro e do Decreto-Lei 389/99, de 30 de setembro. O presente seguro garante os acidentes acorridos durante o desenvolvimento das atividades de voluntariado, durante o percurso direto entre o domicílio e o local do exercido da atividade e retomo, qualquer que seja o meio de transporte utilizado.

Este seguro, abrange ainda, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 14.º da 147/99, de 1 de setembro, alterada pelas leis 31/2013 de 22 de agosto, 142/2015, de 8 de setembro e 23/2017, de 23 de maio, os elementos da Comissão alargada da CPCJ, que nesse âmbito exercem as competências previstas no artigo 18º da mencionada Lei.

2. ÂMBITO DO RISCO

2.1. Risco Profissional

Por Risco Profissional compreende-se a participação das Pessoas Seguras nas ações de voluntariado

3. COBERTURAS / CAPITAIS POR PESSOA SEGURA

3.1. Os capitais e coberturas garantidas para as pessoas seguras de acordo com o **Anexo 7**:

Coberturas garantidas	Capitais seguros
Morte ou invalidez permanente	50.000 €
Despesas de tratamento e repatriamento	5.000 €
Incapacidade temporária (*)	20,00 €/dia
Despesas de funeral	1.500 €
(*) A cobertura de Incapacidade temporária só é aplicável caso o sinistrado esteja a receber uma remuneração à data do acidente.	

4. FRANQUIAS

4.1. Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais da apólice, neste seguro não haverá lugar à aplicação de qualquer franquia, incluindo no caso de indemnizações por Invalidez Permanente.

5. CONDIÇÕES ESPECIAIS

5.1. Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais, este seguro deverá garantir as consequências de sinistros que se traduzam em:

a) As roturas e/ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;

b) A implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortóteses;

c) As despesas de transporte, prescritas pelo médico assistente, que se adequem à natureza da lesão;

d) Acidentes verificados em pessoas com mais de 70 anos.

6. FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento do prémio será em frações semestrais, sem cargas de fracionamento.

6. SEGURO GRUPO DE ACIDENTES PESSOAIS PARA OS UTENTES DAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS, RECREATIVAS, CULTURAIS E DE LAZER DO MUNICÍPIO

1. OBJETO E ÂMBITO DO SEGURO

1.1. Com base nos diplomas legais em vigor, designadamente o Decreto-Lei n.º 10/2009, de 12 de janeiro, o Decreto-Lei n.º 271/2009, de 01 de outubro e a Portaria n.º 141/96, de 04 de maio, ficam garantidos os acidentes corporais resultantes da prática amadora de atividades desportivas desenvolvidas no âmbito dos eventos periodicamente organizados pela entidade adjudicante.

1.2. Ficam, ainda, incluídas a prática de desporto, atividade cultural ou recreativa – em competição, treino, estágio, preparação, ensaio ou atuação – em representação ou sob o patrocínio da entidade adjudicante.

1.3. O presente seguro aplica-se a qualquer acontecimento de natureza acidental, verificado durante a utilização das instalações desportivas, recreativas, culturais e de lazer do município.

2. CAPITAIS E COBERTURAS

2.1. As pessoas seguras que sejam utentes e/ou utilizadores das infraestruturas e/ou instalações desportivas, recreativas e culturas municipais, cobertas ou ao ar de livre, abertas ao publico, no âmbito do Regime Jurídico do Seguro Desportivo Obrigatório, terão abrangidos pelas coberturas/capitais abaixo, de acordo com a redação que lhe for dada por posterior alterações, **Anexo 8:**

Cobertura	Capital
Morte	28.158,56 €
Invalidez permanente absoluta e parcial	28.158,56 €
Despesas de funeral	2.252,69 €
Despesas de tratamento e repatriamento	4.505,37 €

2.2. Os Capitais Seguros são automaticamente atualizados, em janeiro de cada ano, de acordo com o índice de preços do consumidor verificado no ano anterior e publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, I.P.

2.3. No contrato de seguro em causa não poderá haver capitais inferiores aos praticados no âmbito do seguro desportivo e deverá garantir-se no mínimo as seguintes coberturas:

2.4. Pagamento de um capital por morte ou invalidez permanente, total ou parcial, por acidente decorrente das diversas atividades;

2.5. Pagamento de despesas de tratamento, incluindo internamento hospitalar, e de repatriamento.

2.6. No Desporto Sénior ficam garantidas as pessoas com mais de 70 anos de idade.

2.7. Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais, este seguro deverá garantir as consequências de sinistros que se traduzam em:

- ⇒ Roturas e/ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;
- ⇒ Implantação ou reparação de próteses e/ou ortóteses;
- ⇒ As despesas de transporte, prescritas pelo médico assistente, que se adequem à natureza da lesão;
- ⇒ Acidentes verificados em pessoas com mais de 70 anos;
- ⇒ Estomatologia.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

3.1. A assistência aos sinistrados no âmbito deste contrato pode ser prestada diretamente pela seguradora, através de clínicas/consultórios, no concelho de Viseu ou nos concelhos limítrofes e nos serviços hospitalares da seguradora, bem como o fornecimento de medicamentos ou outros alvos de prescrições médicas, sem encargos para o sinistrado, em farmácias do concelho.

3.2. De acordo com o n.º 3 e 4, do artigo 14º - Seguros proibidos – do Decreto-Lei n.º 72/2008 de 16 de abril, nesta apólice de seguro aplicam-se aos menores de 14 anos todas as coberturas e capitais contratados.

4. FRANQUIA

4.1. Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais da apólice, neste seguro não haverá lugar à aplicação de qualquer franquia, incluindo no caso de indemnizações por Invalidez Permanente.

5. FORMA DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento do prémio será em frações semestrais, sem cargas de fracionamento.

LOTE III

1. SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL - AERODROMO

1. TOMADOR DO SEGURO/SEGURADO

1.1. Município de Viseu na qualidade de proprietário e/ou gestor do Aeródromo Municipal Gonçalves Lobato.

2. MORADA DO AERÓDROMO

Aeródromo Municipal Gonçalves Lobato

Avenida do Aeródromo

3515-775 Viseu

3. INTERESSE DO SEGURO

3.1. Responsabilidade civil visando garantir o pagamento de indemnizações que sejam legalmente imputáveis ao Tomador do Seguro/Segurado por danos causados a terceiros em consequência das operações de aviação emergentes da sua atividade enquanto proprietário, gestor e/ou operador do Aeródromo Municipal Gonçalves Lobato, incluindo a prestação do serviço de informação de voo de aeródromo (AFIS), no âmbito da certificação que for titular , conforme disposições do regulamento (CE) nº 550/2004 de 10 de Março, Regulamento (CE) nº 1070/2009 de 21 de Outubro e Regulamento de Execução (EU) nº 1035/2011, de 17 de Outubro.

4. CONDIÇÕES DE COBERTURA

4.1. Conforme disposto nos clausulados das Condições Gerais, ARIEL – Seguro de Responsabilidade de Proprietários e Operadores de Aeroportos (Secções I) que se anexam e as presentes Condições Particulares.

A cobertura concedida está limitada ao movimento de aeronaves até um peso máximo à descolagem de 9.500 Kg.

4.2. A cobertura conferida pela presente apólice é alargada nos termos da cláusula AVN52G, mediante a qual todas as alíneas da cláusula AVN48B – Exclusão de Riscos de Guerra, Pirataria e outros perigos, ficam derrogadas, com exceção da alínea b) – " qualquer detonação bélica de qualquer arma de guerra de fissão e/ou fusão atómicas ou nucleares ou outra reação similar ou força ou material radioativo" – que se mantém excluída.

Derroga-se, assim, o que em contrário seja estipulado nas mencionadas Condições Gerais e Especiais do Segurador e não esteja em desacordo com a legislação portuguesa.

5. EXCLUSÕES

5.1. Para além das exclusões previstas nas previstas nas Condições Gerais e no clausulado ARIEL ficam igualmente excluídos os danos:

a. Decorrentes de procedimento violador das disposições regulamentares ou de normas técnicas usualmente seguidas na atividade segura, nomeadamente sobre prevenção e segurança;
b. Decorrentes de outras atividades ou serviços que não correspondam ao objeto próprio da atividade;
c. Originados por motivo de força maior;
d. Decorrentes de greves das empresas prestadoras de serviços;
e. Decorrentes de perdas de imagem, de mercado, de contratos e quaisquer outros danos de natureza económica causados a outras entidades associadas;
f. Resultantes de defeitos ou ineficácia de produtos utilizados nas operações de limpeza;
g. Lucros cessantes, paralisação e perdas indiretas de qualquer natureza;
h. Causados aos sócios, gerentes e legais representantes da pessoa coletiva cuja responsabilidade se garanta;
i. Decorrentes de reclamações baseadas numa responsabilidade do Segurado em razão de acordo ou contrato particular, na medida em que a mesma exceda a responsabilidade a que o Segurado estaria obrigado na ausência de tal acordo ou contrato;
j. Decorrentes de lucros cessantes e/ou os danos decorrentes de paralisação, imobilização ou interrupção total ou parcial de atividades ou laboração de terceiros;
k. Decorrentes de sinistro, quando este for imputável ao próprio lesado ou a terceiro;
l. Decorrentes do incumprimento de obrigações de natureza contratual assumida pelo Segurado;
m. Causados a bens, instalações e terrenos de que seja proprietário e/ou locatário o Segurado ou que se encontrem na posse deste a qualquer título;
n. Causados pelo Segurado, seus empregados ou colaboradores sob a influência de estupefacientes fora de prescrição médica, em estado de demência ou quando for detetado um grau de alcoolémia superior a 0,5 gramas de álcool por litro de sangue;

6. OUTRAS CONDIÇÕES

6.1. Fazem parte integrante desta proposta seguintes cláusulas e condições:

- ARIEL – Airport Owners and Operators Liability Insurance (48FLY00001)
- Extended Coverage Endorsement (Aviation Liabilities) AVN52G
- Nuclear Risks Exclusion Clause AVN38B
- Noise and Pollution and Other Perils Exclusion Clause AVN46B
- Contracts (rights of Third Parties) Act 1999 Exclusion Clause AVN 72
- Date Recognition Exclusion Clause AVN2000A
- Asbestos Exclusion Clause 2488AGM00003
- Fraudulent Claims AVN100

- Sanctions and Embargo Clause AVN111
- Additional Insureds, contractual agreements, waivers of subrogation and hold harmless agreements are to be agreed by Insurers.

7. LIMITES DE INDEMNIZAÇÃO

7.1. € 1.000.000,00 por acidente/ocorrência e no agregado anual.

7.2. Extensão da Cláusula AVN52G: € 1.000.000,00 por sinistro e no agregado anual.

8. FRANQUIAS

8.1. Por danos causados a aeronaves, a franquia a aplicar é de € 25.000,00.

8.2. Em todo e qualquer outro sinistro indemnizável, a franquia é de 10% do valor dos prejuízos indemnizáveis, no mínimo de € 500,00 e um máximo de € 5.000,00.

9. LOCAL DE RISCO

9.1. Aeródromo Municipal Gonçalves Lobato, Viseu, Portugal

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. Pagamento do prémio será anual.

2. SEGURO AÉREO DRONE

1. OBJETO E ÂMBITO DO SEGURO

1.1. Danos causados por "DRONE", nas condições a seguir mencionadas:

1.1.1. Responsabilidade Civil Terceiros – nos limites previstos na Portaria nº 2/2021 de 4 de janeiro;

1.1.2. Elementos do bem seguro:

a) **Drone DJI Mavic 2 Enterprise; 1,1 Kg; Ano: 2021**

b) **Nº serie: 298CJ1SR0A11GM**

2. ÂMBITO GEOGRÁFICO

Portugal

3. OUTROS ELEMENTOS COMPLEMENTARES

Os voos só poderão ser realizados de acordo com a Legislação em vigor e operados por elementos devidamente habilitados;

Os voos só poderão ser realizados sempre que as condições meteorológicas o permitam em segurança.

4. FRANQUIA

Em caso de sinistro, fica a cargo do segurado, a franquia fixa de 200€.

5. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento do prémio será anual.

LOTE IV

1. SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL – TRANSPORTE DE DOENTES

1. ÂMBITO DA GARANTIA:

1.1. O Segurador garante a responsabilidade civil extracontratual do Segurado, por danos patrimoniais causados aos seus utentes e outros terceiros decorrentes exclusivamente da sua atividade de no domínio dos 1ºs socorros e transporte de doentes, em consequência de atos ou omissões fortuitas das pessoas ao serviço do Segurado.

2. CAPITAL A SEGURAR.

2.1. O capital a segurar é de 1.000.000,00 € por anuidade, limitado a 50.000,00 € por sinistro.

3. FRANQUIA.

3.1. Em caso de sinistro, fica a cargo do segurado, 10% do valor do sinistro indemnizável, no mínimo de 500,00€;

4. EXCLUSÕES ESPECÍFICAS:

4.1. Consideram-se excluídos da garantia os danos:

a) Consequentes de incumprimento das Leis e regulamentações que regem o exercício da atividade segura;

b) Resultantes de acidente de viação envolvendo viaturas do Segurado;

c) Resultantes de causas extrínsecas à atividade do Segurado;

d) Resultantes da prática de atos para os quais o Segurado ou o pessoal ao serviço não se encontra devidamente habilitado, nomeadamente os socorristas ao serviço do Segurado.

Ficam também excluídas reclamações:

e) Baseadas em agravamento do estado de saúde ou morte do doente ou sinistrado, quer durante os 1ºs socorros, quer durante o transporte dos mesmos pelo Segurado;

f) Por recusa ou demora na prestação do serviço solicitado;

g) Relacionadas com a intervenção dos bombeiros na extinção de fogos e em situações de catástrofes naturais.

4. FORMA DE PAGAMENTO

4.1. O pagamento do prémio será anual.

2. SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL – ESTADIO MUNICIPAL FONTELO

1. ÂMBITO DA GARANTIA

1.1. O Segurador garante o pagamento das indemnizações Segurador garante o pagamento das indemnizações emergentes de responsabilidade civil extracontratual que, ao abrigo da lei, sejam exigíveis ao Segurado, por danos patrimoniais e/ou não patrimoniais causados a terceiros, na sua qualidade de entidade organizadora de eventos desportivos e na qualidade de proprietário do imóvel.

2. LOCAL DE RISCO

2.1. Estádio Municipal do Fontelo, com capacidade para 7.904 pessoas, dos quais 6.648 lugares sentados.

2.2. Ano de construção: 1928

3. CAPITAL A SEGURAR

3.1. O capital a segurar é de 1.000.000,00 € por sinistro e anuidade, limitado a 25.000,00 € por lesado.

4. FRANQUIA

4.1. Em caso de sinistro, fica a cargo do segurado, uma franquia fixa de 250,00 €.

5. EXCLUSÕES ESPECÍFICAS

5.1. Consideram-se excluídos da garantia os danos:

a) Resultantes de procedimento violador das disposições legais que regulamentem o tipo de evento seguro ou de normas usualmente seguidas, nomeadamente sobre prevenção e segurança; prevenção e segurança;

b) Decorrentes de danos causados por trabalhos de reparação, manutenção, transformação ou ampliação das instalações onde se realiza o evento seguro ou ainda da ação ou omissão dolosa do Segurado na implementação de medidas necessárias à reparação e / ou segurança das medidas necessárias à reparação e / ou segurança das mesmas instalações;

d) Decorrente de danos causados por queda ou derrube de tribunas ou quaisquer bancadas desmontáveis; tribunas ou quaisquer bancadas desmontáveis;

e) Resultantes da utilização, armazenagem ou lançamento de foguetes ou fogo-de-artifício de qualquer tipo;

f) Por furto ou extravio de bens da propriedade de Terceiros ou do Segurado, nas instalações identificadas nas Condições Particulares;

g) Resultantes do cancelamento do evento seguro;

h) Causados pela intervenção dos membros das forças policiais que se encontrem no local no exercício das suas funções;

j) Decorrentes do excesso de lotação nos locais onde o evento decorre;

k) Resultantes da utilização de quaisquer veículos motorizados.

6. FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento do prémio será anual.

Parte II - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE VISEU

LOTE V

1. ACIDENTES DE TRABALHO

OBJETO DO SEGURO:

A responsabilidade do tomador do seguro pelos encargos provenientes de acidentes de trabalho do pessoal afeto à entidade adjudicante, independentemente do seu vínculo contratual, nos termos do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 novembro, em conformidade, alterado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 69-A/2009, de 24 de março, pela Lei 82-B/2014, de 31 de dezembro, o Código do Procedimento Administrativo, demais legislação em vigor e de acordo com as condições gerais da apólice uniforme para os trabalhadores da Administração Pública.

ÂMBITO DO SEGURO:

- Ficam abrangidos por este contrato todos os trabalhadores, contratados por tempo indeterminado ou a termo ao serviço do município, inscritos no Regime de Proteção Social Convergente (RPSC - Caixa Geral de Aposentações) e no Regime Geral de Segurança Social (RGSS).
- O local de trabalho a segurar é todo o lugar em que o trabalhador se encontra ou deva dirigir-se em virtude do seu trabalho e em que esteja direta ou indiretamente, sujeito ao controlo do tomador do seguro;
- O tempo de trabalho engloba todos os acidentes que possam ocorrer no local de trabalho e durante o período de laboração, o que preceder o seu início, em atos de preparação ou com ele relacionados, e o que se lhe seguir, em atos também com ele relacionados, e as interrupções normais ou forçosas de trabalho, e ainda no percurso de e para o local de trabalho;
- Em conformidade com o n.º 3 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 503/99, 20 de novembro, a entidade adjudicante transfere a responsabilidade por acidentes de trabalho prevista naquele diploma para o adjudicatário;
- Para o efeito, o tomador do seguro obriga-se a remeter ao adjudicatário, até ao dia 15 de cada mês, a relação de proventos salariais do mês anterior;
- O seguro será celebrado na modalidade de prémio variável; (Folha de Férias);
- O pagamento do prémio será fracionado trimestralmente, com indicação das datas de vencimento e respetivos valores, devendo ser enviado ao tomador do seguro um aviso de pagamento com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- No final de cada ano civil será sempre efetuado o acerto relativo ao montante do prémio variável.

COBERTURAS E GARANTIAS:

- Ficam cobertos os acidentes de trabalho que ocorram em Portugal e automaticamente os riscos de deslocação e de exercício da atividade profissional ao e no estrangeiro, incluindo ações de formação profissional, por períodos até 30 dias, sem qualquer agravamento tarifário;
- Para efeitos da alínea anterior, o tomador do seguro obriga-se a comunicar, previamente, ao adjudicatário as

deslocações a efetuar ao estrangeiro;

- Em caso de acidente ocorrido em território estrangeiro, as despesas aí efetuadas relativas à assistência médica, medicamentosa ou hospitalar, bem como os encargos referentes a transportes ou repatriamento ficarão a cargo do adjudicatário;
- O seguro garante a cobertura dos trabalhadores, face aos riscos de Acidentes de Trabalho, os respetivos salários e subsídio de férias e de natal e restantes remunerações certas e permanentes;
- As indemnizações por incapacidade temporária, parcial ou absoluta, são definidas em função do salário ilíquido, englobando as remunerações, de caráter permanente ou acessório incluídas na massa salarial segura, nos termos legalmente previstos e que se traduz numa indemnização correspondente ao salário líquido auferido pelo colaborador;
- Será liquidado ao Tomador de Seguro o capital correspondente aos subsídios previstos nos artigos 35.º, 36.º e 37.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, na sua atual redação, bem como, no tocante às pensões referidas no ponto anterior, o valor correspondente à provisão matemática constituída de acordo com os coeficientes previstos na Portaria 11/2000, de 13 de janeiro e com o grau de incapacidade permanente fixado, no prazo de 90 dias, contados da data da notificação para o efeito, à Seguradora.
- Os trabalhadores têm direito à reparação, em espécie e em dinheiro, dos danos resultantes de acidentes de trabalho, nos termos do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, alterado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro e pela Lei n.º 69-A/2009, de 24 de março;
- Confere direito à reparação a lesão resultante de um acidente de trabalho (e que seja consequência de tal tratamento;
- O direito à reparação em espécie, consagrado no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, na sua redação atual, deverá contemplar todos os aspetos exigidos na legislação em vigor, nomeadamente:
    - Prestações de natureza médica, cirúrgica, de enfermagem, hospitalar, medicamentosa e quaisquer outras, incluindo tratamentos termais, fisioterapia e o fornecimento de próteses e ortóteses, seja qual for a sua forma, desde que necessárias e adequadas ao diagnóstico ou ao restabelecimento do estado de saúde físico ou mental e da capacidade de trabalho ou de ganho do sinistrado e à sua recuperação para a vida ativa, referindo ainda:
    - O direito aos aparelhos de próteses e ortóteses abrange os destinados à correção ou compensação visual, auditiva ou ortopédica, bem como a prótese dentária e, ainda, a estética, se justificada;
    - A aquisição, renovação ou substituição dos aparelhos referidos anteriormente carecem de prescrição médica fundamentada;
    - Quando do acidente resultar a inutilização ou a danificação de próteses ou ortóteses de que o trabalhador já era portador, este tem direito à respetiva reparação ou substituição;
    - Quando o sinistrado optar por assistência médica particular, tem direito ao pagamento da importância que seria despendida em estabelecimento do serviço clínico do segurador responsável, devendo, para efeitos de reembolso, apresentar os documentos justificativos de todas as despesas efetuadas com o tratamento

das lesões, doença ou perturbação funcional resultantes do acidente.

- Pagamento de transporte e estada para observação, tratamento e comparência a juntas médicas ou a atos judiciais, ou seja:
    - No caso de deslocação da residência ou do local onde o trabalhador se encontre com vista a assistência médica, observação, tratamento, comparência a juntas médicas ou a atos judiciais que implique estada, este tem direito ao pagamento da correspondente despesa, até ao limite do valor previsto para as ajudas de custo dos trabalhadores com a posição remuneratória superior ao nível remuneratório 18 da escala salarial do regime geral, salvo se a sua condição de saúde, medicamente fundamentada, justificar despesas de montante mais elevada;
    - Quando o médico assistente ou a junta médica declarar que o estado de saúde do trabalhador o exige, há lugar ao pagamento das despesas de um acompanhante, nas mesmas condições das estabelecidas para o trabalhador.
- O direito à reparação em dinheiro compreende:
    - Remuneração, no período das faltas ao serviço motivadas por acidente de trabalho;
    - Indemnização em capital ou pensão vitalícia correspondente à redução na capacidade de trabalho ou de ganho, no caso de incapacidade permanente, nos termos definidos pela C.G.A.
    - Pagamento mediante validação médica do subsídio por assistência de terceira pessoa, resultante de acidente que não permita ao trabalhador praticar com autonomia os atos indispensáveis à satisfação das necessidades básicas da vida quotidiana sem assistência permanente de outra pessoa:
        - Consideram-se necessidades básicas os atos relativos à alimentação, locomoção e cuidados de higiene pessoal;
        - O familiar do dependente ou quem com ele coabite, que lhe preste assistência permanente, é considerado terceira pessoa;
        - O montante mensal do subsídio corresponde ao valor da remuneração paga a quem preste a assistência, com o limite da remuneração mínima mensal garantida para os

trabalhadores do serviço doméstico.

- Subsídio para readaptação de habitação;
- Subsídio por situações de elevada incapacidade permanente;
- Despesas de funeral e subsídio por morte;
- Incapacidade temporária;
- Incapacidade permanente parcial e absoluta;

PREVISÃO SALARIAL ANUAL:

O montante do capital seguro é de **3.000.000,00 €,** na anuidade de 2023, composto pelo salário ilíquido sem encargos, mais todas as prestações que revistam carácter de regularidade (p. ex. subsídio de férias, natal, turno, alimentação), de todos os trabalhadores (193)

PAGAMENTO DE INCAPACIDADES TEMPORÁRIAS E DESPESAS MÉDICAS:

As indemnizações por incapacidade temporária (I.T.) serão liquidadas à entidade adjudicante, figurando esta como entidade recebedora, dado que esta repõe o salário do trabalhador sinistrado quando este se encontra ausente por acidente de trabalho.

As despesas médicas ou outras despesas eventualmente suportadas pelo sinistrado deverão ser enviadas e liquidadas diretamente aos respetivos lesados no prazo máximo de 30 dias seguidos após a receção dos documentos.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

A assistência aos sinistrados no âmbito deste contrato deve ser prestada diretamente pela seguradora, através de clínicas/consultórios, no concelho de Viseu ou nos concelhos limítrofes e nos serviços hospitalares da seguradora, bem como o fornecimento de medicamentos ou outros alvos de prescrições médicas, sem encargos para o sinistrado, em farmácias do concelho ou concelhos limítrofes.

A atual apólice de Acidentes de Trabalho, está colocada na Seguradora – GENERALI - e tem o seguinte nº: 0007147285.

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento do prémio será em frações trimestrais, sem cargas de fracionamento.

2. SEGURO DE FROTA AUTOMÓVEL

1 - OBJETO E ÂMBITO DO SEGURO:

1.1. Pretende-se um seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel, previsto no Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 153/2008, de 6 de Agosto, para a frota automóvel da entidade adjudicante, com base num prémio total por veículo e durante todo o período de vigência do contrato de seguro.

1.2. A frota automóvel da entidade adjudicante é composta pelos veículos e máquinas propriedade da mesma, bem como viaturas cedidas por protocolo a esta, cuja responsabilidade pelo seguro lhe tenha sido transmitida. Engloba ainda, as viaturas que se encontrem em regime de aluguer operacional ou de locação financeira.

1.3. O seguro obriga a reparação dos danos corporais ou materiais causados a terceiros, em que a morte integra o conceito de dano corporal.

1.4. Quando o acidente for simultaneamente de viação e de trabalho, aplicar-se-ão as disposições do Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto, tendo em atenção as constantes da legislação especial de acidentes de trabalho.

1.5. O disposto no parágrafo anterior é aplicável, com as devidas adaptações, quando o acidente possa qualificar-se como acidente em serviço, nos termos do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro.

1.6. Sempre que ocorrer o abate ou a cedência de viaturas, a entidade adjudicante tem direito ao estorno do prémio por cessação antecipada.

1.7. Na situação mencionada no ponto anterior, a entidade adjudicante terá de comunicar por escrito, ao adjudicatário, com uma antecedência mínima de 8 dias, deixando de ser da sua responsabilidade o seguro dos respetivos veículos.

1.8. Sempre que haja lugar à substituição de um veículo ou máquina do Município, ou ainda à aquisição de um novo, a entidade adjudicante comunicará ao adjudicatário, por escrito, os elementos e caraterísticas do mesmo, assim como as coberturas pretendidas, por forma a promover a emissão do seguro respetivo, num prazo máximo de 48 horas.

2 - CAPITAIS E COBERTURAS:

Coberturas:

- Responsabilidade civil;
- Assistência em viagem VIP/TOP: abrange a assistência, em caso de avaria ou acidente, e o transporte do veículo, ocupantes e bagagens; No caso de reboque do veículo por avaria ou acidente a seguradora assumirá o valor total do serviço.
- Quebra Isolada de Vidros: garante os danos, causados, por causa não compreendida, em virtude de quebra isolada dos vidros, SEM FRANQUIA.
- Acidentes Pessoais (todos os ocupantes), em consequência de acidente de viação com o veículo seguro, ficará garantido as seguintes indemnizações:

Cobertura	Capital
Morte ou Invalidez Permanente	15.000,00 €
Despesas de tratamento	1.500,00 €

Coberturas - Danos Próprios:

⇒ Choque, Colisão e Capotamento: garante os danos sofridos, pelo veículo seguro, em consequência de embate

contra corpo fixo (choque), em movimento (colisão), ou quando o veículo perca a sua posição normal e não resulte de choque ou colisão (capotamento);

⇒ Incêndio, Raio e Explosão: garante os danos no veículo, em consequência de incêndio casual, queda de raio ou explosão, quer o veículo se encontre em marcha ou parado, recolhido em garagem ou em qualquer outro local;

⇒ Furto ou Roubo: inclui os danos derivados do desaparecimento, destruição ou deterioração do veículo, por motivo de furto ou roubo;

⇒ Fenómenos da Natureza: garante os danos no veículo, em consequência de tufões, ciclones, tornados, erupções vulcânicas, trombas de água, chuvas torrenciais, enxurradas, aluimento de terras, tremores de terra, queda isolada de árvores, etc.;

⇒ Atos de vandalismo: garante os danos no veículo, causados por atos de vandalismo, incluindo a destruição total ou parcial do veículo;

Os veículos e máquinas a segurar estão identificados, dos Tomadores de Seguros, no **Anexo 10 – Listas de viaturas**, com as respetivas características, coberturas pretendidas e capitais a garantir.

REGULARIZAÇÃO DE SINISTROS - Para a regularização dos sinistros aplicar-se-á as regras e os procedimentos dispostos no Capitulo III do Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto, na sua redação atual:

a) Aquando da celebração de um contrato de seguro de responsabilidade civil automóvel, a empresa de seguros deve prestar informação relevante relativamente aos procedimentos que adota em caso de sinistro.

3 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

3.1 A proposta a apresentar deve indicar os prémios totais anuais por viatura;

3.2 O adjudicatário deverá garantir o correto cancelamento das apólices a descontinuar, para que não existam duplicação de coberturas e respetivos custos, ou falta de cobertura por anulação das apólices existentes antes da entrada em vigor do seguro ao abrigo do procedimento a que respeita o presente CE;

3.3 Para a cobertura de "Assistência em viagem", o adjudicatário compromete-se a incluir o reboque de todas as viaturas, incluindo as pesadas de passageiros, sem qualquer encargo adicional ou franquia, bem como, sem restrição de área (km 0). Da mesma forma, suportará as despesas de transporte de todos os ocupantes até ao domicílio do subscritor ou até ao seu local de destino inicialmente previsto, desde que estes últimos gastos não sejam superiores aos primeiros. Quando o veículo seguro, imobilizado por acidente ou avaria, não for reparável ou substituído no mesmo dia, o serviço de "Assistência em viagem" suportará, até aos limites fixados, os custos de alojamento das pessoas seguras, desde que não inicialmente previstos, pelo período em que estejam a aguardar a reparação ou substituição do mesmo.

3.4 Derrogando o que em contrário se encontrar exarado nas Condições Gerais da apólice, neste seguro não se aplica qualquer período de carência na cobertura de assistência em viagem;

3.5 Cada reboque deverá ter um seguro próprio de Responsabilidade Civil, ficando assim derrogada a exclusão de serviço de reboque para todas as viaturas da frota, sem existir a necessidade de identificar as viaturas que efetuam serviço de reboque.

3.6 As garantias do seguro mantêm-se estando as viaturas ao ar livre.

3.7 Emissão de cartas verdes anuais.

4 - FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento do prémio será em frações trimestrais, sem cargas de fracionamento.

3. SEGURO DE MULTIRRISCOS PATRIMONIAIS

1 - ÂMBITO E OBJETO DO SEGURO:

1.1 pretende-se um seguro para os bens, tanto móveis como imóveis, incluindo benfeitorias ou sobre os quais exista interesse em segurar, nomeadamente como usufrutuário ou locatário, que façam parte integrante do património imobiliário e mobiliário do Município.

1.2 Ficam incluídos na definição acima e de acordo com a relação do **Anexo 2:**

a) Todos os bens desde que se tratem de utensílios, máquinas, material de exposição e equipamento fixo ou móvel/portátil em deslocação, em qualquer local;

b) Os bens de terceiros sob custódia, cuidado ou controle da entidade adjudicante, incluindo objetos e/ou bens de carácter artístico para exposição;

c) Todo e qualquer local onde o tomador do seguro possua instalações ou interesses, e ainda, os locais que possam vir a ser incluídos.

2 - CONDIÇÕES ESPECIAIS:

2.1 Em caso de sinistro o adjudicatário não deverá aplicar a regra proporcional se a diferença entre a globalidade dos capitais seguros e o correspondente valor global de substituição for inferior a 10% destes últimos.

2.2 O segurador atualizará anualmente os capitais seguros em 2%, caso outra atualização não seja informada pelo Segurado.

2.3 Em caso de sinistro com os bens seguros por esta Apólice, a base sobre a qual se calculará a quantia indemnizável, será o valor em novo, no dia imediatamente anterior ao sinistro, de bens da mesma qualidade ou tipo, mas não superiores ou de maior amplitude do que os bens seguros quando novos. O valor de substituição terá como limite máximo o dobro do valor dos bens sinistrados no momento anterior ao do sinistro.

2.4 Em caso de ocorrência de sinistros abrangidos pela presente apólice e após o início dos trabalhos de reparação, se a eles houver lugar, ou substituição, fica o segurador obrigado a efetuar os adiantamentos que se revelem

necessários em função do desenvolvimento e execução do programa de trabalhos, ou de aquisição de bens e / ou serviços que o segurado tenha de celebrar.

2.5 Pela alteração que for necessária nas Condições Gerais da apólice, fica expressamente estabelecido que se no momento em que ocorre um sinistro existir excesso de capital seguro em quaisquer bens seguros, o dito excesso aplicar-se-á aos bens que estejam insuficientemente seguros. Admitida a compensação na forma indicada, proceder-se-á ao normal pagamento do sinistro de acordo com o estabelecido nas Condições Gerais da apólice.

3 - **RISCOS COBERTOS**:

a) Incêndio, queda de raio e/ou explosão;
b) Tempestades;
c) Inundações;
d) Danos por água;
e) Danos em muros, vedações e portões;
f) Aluimentos de terras;
g) Queda de aeronaves;
h) Choque ou impacto de veículos terrestres;
i) Atos de vandalismo, maliciosos ou de sabotagem;
j) Greves, tumultos, alterações da ordem pública;
k) Danos causados por fumo;
l) Limpeza, demolição e remoção de escombros;
m) Desenhos, documentos e livros;
n) Danos em bens do senhorio;
o) Riscos elétricos;
p) Equipamento eletrónico, incluindo a cobertura de transporte para todo o mundo;
q) Avaria de máquinas;
r) Derrames acidentais;
s) Privação temporária do local ocupado ou arrendado, quer estes sejam de função habitacional ou profissional;
t) Honorários de peritos;
u) Perda de rendas;
v) Quebra ou queda acidental de bens;
w) Quebra ou queda acidental de vidros, painéis e antenas;
x) Bens de terceiros confiados ao Município;
y) Furto e/ou roubo, incluindo dinheiro em cofre, caixa e transporte;
z) Danos aos imóveis causados por furto ou roubo;
aa) Danos estéticos;
bb) Danos em transporte terrestre de bens;

cc) Danos em parques, jardins e áreas de conservação da natureza, incluindo o respetivo equipamento, edificações, mobiliário e plantas;

dd) Pesquisa e reparação de avarias;

ee) Infidelidade de trabalhadores.

ff) Responsabilidade Civil

4 - CAPITAL A SEGURAR - Assim, aplica-se um limite máximo de indemnização de **38.600.000,00 €,** por anuidade do seguro e sinistro. Estão expressamente acordados os seguintes limites de indemnização, por sinistro e anuidade, ocorrido ao abrigo de cada um dos seguintes riscos:

Danos causados por fumo	30.000,00 €
Limpeza, demolição e remoção de escombros	250.000,00 €
Desenhos e documentos	30.000,00 €
Danos em bens do senhorio	30.000,00 €
Riscos elétricos	200.000,00 €
Equipamento eletrónico, incluindo a cobertura de transporte	500.000,00 €
Avaria de máquinas	200.000,00 €
Derrame acidental	35.000,00 €
Privação temporária do local ocupado ou arrendado	30.000,00 €
Honorários de peritos	30.000,00 €
Perda de rendas	25.000,00 €
Quebra ou queda acidental de bens	30.000,00 €
Quebra ou queda acidental de vidros, painéis e antenas	30.000,00 €
Bens de terceiros	25.000,00 €
Furto e/ou roubo, incluindo os danos causados ao imóvel	300.000,00 €
Furto e/ou roubo de dinheiro em cofre, caixa ou em transporte	12.500,00 €
Danos em transporte terrestre de bens	30.000,00 €
Danos em jardins	30.000,00 €
Pesquisa e reparação de avarias	2,5% capital seguro por local de risco
Infidelidade de empregados	7.500,00 €
Responsabilidade Civil	250.000,00 €
Danos em bens de empregados	5.000,00 €
Danos estéticos	30.000,00 €

5 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O presente seguro fica sujeito a uma franquia de 10% no mínimo de 250,00 € no máximo de 2.500,00 €, do valor dos prejuízos indemnizáveis.

6 – FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento do prémio em frações trimestrais, sem cargas de fracionamento

7 - **CONDIÇÕES ESPECIAIS:**

7.1 Derrogação da regra proporcional: Em caso de ocorrência de sinistros abrangidos pela presente apólice, fica acordado que o Segurador prescinde da aplicação da regra proporcional, até à diferença máxima de 10,00% entre o capital seguro dos edifícios e conteúdos e o respetivo valor de reconstrução e substituição.

7.2 Atualização de capitais: O segurador atualizará anualmente os capitais seguros em 2%, caso outra atualização não seja informada pelo Segurado.

7.3 Indemnização na base do valor de substituição em novo: Fica acordado que em caso de sinistro com os bens seguros por esta Apólice, a base sobre a qual se calculará a quantia indemnizável, será o valor em novo, no dia imediatamente anterior ao sinistro, de bens da mesma qualidade ou tipo, mas não superiores ou de maior amplitude do que os bens seguros quando novos.

7.4 Adiantamento por conta de sinistros: Em caso de ocorrência de sinistros abrangidos pela presente apólice e após o início dos trabalhos de reparação, se a eles houver lugar, ou substituição, fica o segurador obrigado a efetuar os adiantamentos que se revelem necessários em função do desenvolvimento e execução do programa de trabalhos, ou de aquisição de bens e / ou serviços que o segurado tenha de celebrar.

7.5 Bens de terceiros - O presente seguro inclui bens propriedade de terceiros, desde que, ou na medida em que, esses bens não se encontrem seguros pelos proprietários ou qualquer outra pessoa, sendo neste caso a responsabilidade do segurador limitada à quantia a pagar pelo segurado com o fim de compensar o respetivo proprietário pelos danos ou estragos sofridos pelos referidos bens.

7.6 Riscos elétrico - Nos termos desta cláusula, este contrato cobre também os danos ou prejuízos causados a quaisquer máquinas elétricas, transformadores, aparelhos e instalações elétricas e/ou eletrónicas e aos seus acessórios, nomeadamente por sobre tensão e sobreintensidade, incluindo os produzidos pela eletricidade atmosférica, curto-circuito, mesmo quando não resulte incêndio. Ficam derrogadas quaisquer limitações de potência imposta pelas Condições Gerais e/ou Especiais, às máquinas e/ou equipamentos afetados pelo risco em causa.

7.7 Exposições temporárias - Relativamente à realização de Exposições Temporárias da responsabilidade do Segurado, quer seja nas suas instalações ou nas de terceiros, aplicam-se os seguintes termos de cobertura:

a) Fica expressamente acordado que o objeto seguro é constituído por objetos do Município ou de terceiros, neste último caso, quando temporariamente confiados ou entregues ao seu cuidado, controle, custódia ou consignação.

b) A apólice cobre quaisquer danos provenientes de causa externa aos objetos seguros, excluindo-se apenas os danos resultantes de causa interna, nomeadamente o vício próprio. Esta cobertura é extensiva ao transporte terrestre dos bens seguros, em território nacional, incluindo cargas e descarga.

c) O Segurado facultará ao Segurador, apenas em caso de sinistro, relação das obras/bens objeto da exposição, onde deverá vir indicado o respetivo valor unitário.

d) O capital seguro em caso de sinistro corresponderá ao valor indicado na referida relação, sendo que o limite máximo de responsabilidade do segurador é de 75.000,00 euros/ano/sinistro, em 1.º risco.

7.8 <u>Coleções, pares ou séries de objetos</u>

7.8.1. Se se perder ou danificar qualquer objeto que tenha um valor acrescido, por fazer parte de um par ou conjunto, qualquer pagamento que o segurador efetue terá em conta esse valor acrescido. O Segurado decide se o segurador paga a totalidade do valor do par ou conjunto. O máximo que o segurador pagará será o valor do par ou conjunto.

7.8.2. Em caso de sinistro causado por um risco coberto o segurador poderá liquidar as despesas de restauro e/ou reparação, exceto se a desvalorização por parte da qualidade atribuível à mercadoria segura for reconhecida. Caso em que se aplicarão as disposições a seguir mencionadas:

a) Em caso de se verificar a impossibilidade ou desvantagem económica do restauro e/ou reparação, o segurador obriga-se a indemnizar o segurado, tendo em conta o valor de mercado dos objetos sinistrados.

b) Em caso de divergência quanto à atribuição daquele valor, o segurador e o segurado nomearão, cada um, um perito avaliador que concluirá pelo valor a indemnizar.

7.8.3. Danos acontecidos em transportes terrestres.

7.8.4. Ficam garantidos os danos acontecidos em transporte terrestre no território nacional de bens, propriedade do segurado ou de terceiros, em consequência de acidentes com o veículo transportador, incêndio, raio ou explosão, atos de vandalismo ou maliciosos, furto e/ou roubo, incluindo as operações de carga e descarga.

7.9. <u>Quebra ou queda acidental de bens</u>: Fica garantido qualquer dano acidental de quebra ou queda, que sofram os bens móveis do segurado ou de terceiros quando confiados, por qualquer acidente ou infortúnio desde que constituam uma ocorrência súbita e imprevista.

7.10 <u>Bens existentes ao ar livre</u>: Derrogando o que em contrário se encontrar estipulado nas Condições Gerais da apólice, fica convencionado que os bens existentes ao ar livre estão garantidos por esta apólice.

7.11 Danos em jardins: Ficam garantidos os danos sofridos nos jardins do segurado em consequência da verificação de qualquer risco coberto por esta apólice. Em caso de sinistro ao abrigo desta cobertura a indemnização do segurador empregar-se-á diretamente na reparação ou reconstrução das zonas relvadas, na substituição de herbáceas, arbustos e árvores por outros da mesma espécie e porte.

7.12 Danos em bens de empregados:

7.12.1. Ficam garantidos os danos diretamente resultantes de qualquer risco garantido pelo presente contrato, causados aos bens pertencentes a empregados ou colaboradores do Segurado, incluindo títulos e valores, acontecidos no interior ou exterior dos locais de trabalho, durante o período laboral.

7.12.2. A presente cobertura está limitada a 1.000,00 euros de indemnização por sinistro, com um máximo de 5.000,00 euros.

7.13. Gastos extraordinários: Ficam garantidos os gastos extraordinários com o aluguer de equipamento para substituição de máquinas ou instalações danificadas por um risco coberto por esta apólice de seguro. O limite máximo de responsabilidade do segurador, ao abrigo desta Condição especial, é de 25.000,00 euros/ano/sinistro.

7.14. Despesas suplementares com trabalhos provisórios: Em caso de sinistro coberto pela apólice, ficam também garantidos os custos incorridos pelo segurado com reparações provisórias e/ou temporárias, quer estas venham, ou não, a ser incluídas nos trabalhos definitivos, desde que tais reparações sejam necessárias, quer seja por questões de segurança, de manutenção do serviço/uso público, ou qualquer outra necessidade superveniente. Ficam garantidos os custos extraordinários para aceleração dos trabalhos, ou substituição definitiva dos bens seguros que tenham sofrido perdas ou danos provocados por uma situação coberta por esta apólice, incluindo os custos com encargos extras por horas extraordinárias, trabalho noturno, trabalho em dias feriados e transporte em via rápida e frete aéreo. O limite máximo de responsabilidade do segurador, ao abrigo desta Condição Especial, é de 30.000,00 euros/ano/sinistro.

7.15. Desenhos, documentos e livros - Fica acordado que o âmbito desta cobertura é extensível a desenhos, documentos e livros com interesse histórico, artístico, técnico e/ou cultural.

7.16. Furto e/ou roubo - Fica acordado que em complemento às disposições previstas nas Condições Gerais, a cobertura de furto e/ou roubo considera-se extensível à garantia do furto dos bens seguros quando praticado subrepticiamente e às ocultas do segurado, seus funcionários, vigilantes e ou outros prestadores de serviços, enquanto as instalações se encontrarem abertas ao público.

7.17. Obras menores: Ficam cobertas as perdas e danos materiais sofridos pelos bens que correspondam a obras menores de construção, montagem, ampliação, modificação, reparação, manutenção e conservação, inclusivamente colocar a funcionar e testes, bem como aos materiais reunidos ao pé da obra, incluindo equipamentos, maquinaria e ferramentas em que o segurado tenha interesse, desde que as ditas obras sejam realizadas nos locais de risco seguros e devido a uma risco garantido pela presente apólice. Ao finalizar esta cobertura por termo da obra, os bens afetados serão considerados automaticamente incluídos na cobertura desta apólice. Consideram-se obras menores, para efeito de aplicação desta Condição Especial, aquelas cujo valor não supere os 150.000,00 €.

7.18. Compensação de capitais: Pela alteração que for necessária nas Condições Gerais da apólice, fica expressamente estabelecido que se no momento em que ocorre um sinistro existir excesso de capital seguro em quaisquer bens seguros, o dito excesso aplicar-se-á aos bens que estejam insuficientemente seguros. Admitida a compensação na forma indicada, proceder-se-á ao normal pagamento do sinistro de acordo com o estabelecido nas Condições Gerais da apólice.

7.19. Privação temporária do local arrendado e/ou ocupado:

a) Função Habitacional - Nos termos desta Condição Especial e até aos limites fixados, o Segurador garante às pessoas que ocupem os fogos/habitações do tomador seguras nesta apólice, em caso de sinistro coberto pelas garantias do contrato, o seguinte:

- **Gastos de hotel** - Se os edifícios ou algum dos fogos/habitações seguros ficarem inabitáveis, o pagamento de hotel ou reembolso de gastos até ao montante máximo de 2.000,00 euros, por fogo/habitação sinistrado. Sempre que possível o segurador pagará a indemnização diretamente à entidade prestadora dos serviços de hospedagem.;
- **Gastos de mudança e guarda de bens** - Se os edifícios ou algum dos fogos/habitações seguros ficarem inabitáveis:
  i. a mudança até à habitação provisória e respetivos custos, os quais não poderão ultrapassar 350,00 euros, por fogo/habitação sinistrado.
  ii. a guarda dos objetos e bens que não se transfiram para a habitação provisória e respetivos custos, os quais não poderão ultrapassar 350,00 euros, por fogo/habitação sinistrado.
- **Gastos de restaurante e lavandaria** Se os edifícios ou algum dos fogos/habitações seguros ficarem inabitáveis, os gastos de restaurante e lavandaria, até ao montante máximo de 2.000,00 euros, por fogo/habitação sinistrado.

b) Função Profissional:

- Nos termos desta Condição Especial e até aos limites fixados, o Segurador, indemnizará o Segurado, em caso de sinistro coberto por esta apólice, que lhe origine privação temporária do uso do local arrendado ou ocupado, pela sua atividade, pelas despesas em que o mesmo tiver de razoavelmente incorrer com a armazenagem dos objetos seguros não destruídos, incluindo o respetivo transporte, ou com o exercício provisório da atividade noutro local até ao limite do capital fixado para esta garantia.
- A indemnização será paga contra documentos comprovativos das despesas efetuadas, após dedução dos encargos a que o Segurado estaria sujeito se o sinistro não tivesse ocorrido e que, entretanto, deixou de suportar.
- Os bens seguros que tenham sido transferidos para outro local de risco, ao abrigo desta cláusula, continuam garantidos nas mesmas condições desta apólice.
- No geral, o limite máximo de indemnização da presente Condição Especial é de 35.000,00 euros, por sinistro e ano do seguro, sendo a garantia válida pelo período indispensável à reinstalação no local onde se verificou o sinistro, sem nunca poder exceder os 9 meses.

8 - OUTRAS CONDIÇÕES APLICÁVEIS AO SEGURO:

8.1. Para reclamações de prejuízos até 2.500,00 euros, antes de aplicação da franquia contratual, o segurador prescinde do processo de peritagem e aceita processar as indemnizações com base na apresentação de um dos seguintes documentos:

a) *Apresentação da participação de sinistro;*
b) *Cópia do orçamento de reparação, em caso de perda parcial;*
c) *Em caso de perda total, cópia do recibo de aquisição do bem à data da compra, ou cópia do recibo de substituição, ou fatura pró-forma, ou cópia da ficha de imobilizado, onde conste a descrição e o valor do bem.*

8.2. Independentemente do valor da reclamação e sempre que esta seja paga em dinheiro, o segurador incluirá sempre no montante a indemnizar, o correspondente valor de IVA, quando este for efetivamente suportado pelo Município, não podendo invocar para tal, a entrega dos originais dos recibos, quando estes forem emitidos à ordem do Município, uma vez que por lei, está vedada a estas entidades a dedução do imposto em causa.

4. RESPONSABILIDADE CIVIL

1. OBJETO DO SEGURO:

1.1 O presente caderno de encargos abrange as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, cujo objeto visa a transferência direta de risco para as seguradoras, através da contratação de apólice de seguro de responsabilidade civil geral da Entidade Adjudicante/tomadora do seguro.

2. AMBITO DO SEGURO

2.1 Pretende-se contratar uma única apólice de seguro de Responsabilidade Civil Geral, visando prevenir efeitos emergentes da atividade desenvolvida pela entidade, e a ela imputável, em matéria de danos corporais e/ou materiais que se venham a manifestar sobre os seus patrimónios, os seus profissionais, utentes e população em geral, cobrindo as consequências pecuniárias decorrentes desses mesmos danos, em todo o território de Portugal Continental, em aplicação do estipulado no Decreto-lei n.º 194/2009 de 20 de agosto, com as alterações subsequentes, nomeadamente a Lei n.º 12/2014 de 06 de março e da demais legislação aplicável.

3. PESSOAS SEGURAS

3.1 Agentes colocados sob autoridade da entidade adjudicante no exercício das funções para que foram requisitados;

3.2 Civis requisitados para prevenir ou fazer cessar qualquer acidente, incêndio, flagelo ou calamidade;

3.3 Todo e qualquer voluntário que preste auxílio à entidade adjudicante.

4. CAPITAL A SEGURAR

4.1 O capital a segurar é de 2.500.000,00 € por sinistro e anuidade.

5. ATIVIDADES DO TOMADOR DO SEGURO

5.1 São consideradas atividades do tomador do seguro, todas as atribuições e competências dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento e constantes no seu Regulamento.

6. COBERTURA DO SEGURO

5.1 Com a contratação da apólice de seguro pretendida, pretende-se garantir o pagamento das indemnizações que, ao abrigo da legislação em vigor, sejam exigíveis à entidade adjudicante, em consequência de danos decorrentes de lesões corporais e/ou materiais causadas a terceiros, decorrentes, a título meramente exemplificativo, de:

- Dos trabalhadores no exercício das suas funções;
- Responsabilidades por atos ou factos praticados por empresas subcontratadas, sempre que estes não disponham de seguro ou outros meios suficientes para responderem pelos prejuízos;

- Queda de quaisquer estruturas amovíveis em resultado de ação de elementos naturais, desde que em consequência de ações ou omissões do segurado;
- Realização de trabalhos, serviços e prestação de serviços, que resultem das atribuições e competências legais do segurado;
- Dos atos, erros ou omissões do segurado;
- Exploração e manutenção de armazéns, estaleiros, parques de estacionamento;
- Dos balcões de atendimento do segurado;
- Execução de trabalhos de construção, ampliação, renovação, conservação, manutenção, reparação ou reabilitação;
- Da organização e realização de conferências, reuniões e outras atividades ou eventos de carácter social, recreativo e educacional, bem como as decorrentes de participação em feiras e exposições;
- Responsabilidade civil decorrente da participação de qualquer trabalhador / colaborador do segurado, em sua representação, em quaisquer eventos públicos e/ou sociais, como conferências, reuniões e outras atividades ou eventos de caráter social, recreativo e educacional;
- De operações de carga, descarga e transporte de matérias, produtos, ou equipamentos inerentes à atividade do segurado; De máquinas, viaturas, gruas, empilhadores e equipamentos industriais em laboração que sejam utilizadas no seu interesse e/ou sob a sua direção efetiva, quando na execução das tarefas para os quais foram tecnicamente concebidos, com exclusão de danos resultantes da sua circulação da via pública;
- Da utilização de ascensores, monta-cargas, plataformas, escadas rolantes e outros equipamentos de elevação;
- Em consequência de danos provocados por incêndio, explosão e água, ocorridos nas infraestruturas do segurado, bem como os ocasionados fora destas, quando resulte do desempenho de trabalhos ou prestação de serviços;
- De danos causados a serviços enterrados e aéreos;
- Da propriedade, manutenção e conservação de parques, espaços ajardinados e zonas arborizadas;
- Danos resultantes de trabalhos de abertura de valas para instalação ou conservação de redes de água e/ou residuais (urbanas ou pluviais), quando tais trabalhos forem executados por administração direta;
- De danos a bens móveis e imóveis de terceiros, vizinhos das obras desde que na sequência de trabalhos realizados;
- Decorrente de sinistros provocados pela quebra, levantamento ou inexistência de tampas das redes de abastecimento de água e águas residuais;
- Da exploração de sistemas de água e saneamento, reservatórios de água, canais de adução, canais de distribuição e caixas principais;
- Da exploração de sistemas de tratamento de resíduos sólidos urbanos;
- Da exploração de Estação de Tratamento de Águas Residuais e Estações de tratamento de Águas;

- Pela organização de visitas às infraestruturas do segurado;
- Da queda total ou parcial de anúncios ou outros painéis, antenas, postes de iluminação e cabos de energia/comunicações.
- Danos em consequência de rebentamento ou rotura de condutas;

7. EXCLUSOES

7.1 Derrogando tudo o que em contrário estiver estipulado nas Condições Gerais, constituem também exclusões do presente contrato de seguro os danos:

- Pelo incumprimento das Leis, normas e regulamentos que regem o exercício da atividade segura;
- Que consubstanciem responsabilidades criminais ou reclamações baseadas no pagamento de coimas, multas ou sanções de qualquer natureza;
- Por responsabilidades sujeitas a seguros obrigatórios;
- Quaisquer reclamações por lucros cessantes, perda de uso, paralisações ou imobilizações totais ou parciais ou quaisquer outros danos indiretos;
- Por perdas financeiras puras;
- Por poluição e/ou contaminação;
- Causados no âmbito de Responsabilidade Civil Ambiental (Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de Julho);
- Por produtos cuja utilização ou efeito não tenham sido suficientemente testados em relação ao seu uso concreto ou que estejam em fase experimental;
- Ao objeto direto dos trabalhos;
- Ocorridos para além do período de execução dos trabalhos;
- Em bens confiados à guarda do Segurado;
- Por interrupção do fornecimento de água;
- Enquanto previsíveis tendo em consideração o tipo de trabalhos a efetuar;
- Decorrentes do armazenamento, utilização, transporte e lançamento de explosivos;
- Qualquer responsabilidade abrangida pela Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro e posteriores alterações;
- Pela falta de sinalização dos trabalhos nas vias públicas municipais da Responsabilidade do Segurado;
- Causados no âmbito da Responsabilidade Civil Produtos.

8. FRANQUIA

8.1 Em caso de sinistro, fica a cargo do segurado, uma franquia até 10% do valor de cada sinistro coberto, no mínimo de € 500,00 e máximo de € 25.000,00.

9. FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento do prémio será em frações trimestrais, sem cargas de fracionamento.

5. SEGURO DE MÁQUINAS CASCO

1. OBJETO E ÂMBITO DO SEGURO

1.1. Máquinas e equipamentos móveis que integram o parque de viaturas do tomador do seguro, nomeadamente:

- **Marca: Case CX18C**
- **Ano: 2018**
- **Descrição: Mini-giratoria**
- **Capital seguro – 33.136,20 €**

2. LOCAL DE RISCO

2.1. Todo e qualquer local onde o segurado possua instalações ou interesses.

3. ÂMBITO DA COBERTURA

3.1. Perda ou danos nas máquinas e equipamentos seguros ocasionados por acontecimentos externos de carácter súbito e imprevisto devido a:

Coberturas Base:

- Incêndio, queda de raio e explosão;
- Furto e/ou roubo, ou a sua tentativa;
- Choque, colisão, capotamento, descarrilamento e queda em valas;
- Acidentes durante as operações de carga ou descarga dos equipamentos, incluindo o respetivo transporte dos equipamentos seguros;
- Impacto de objetos, erro de manobra, imperícia, acidente de montagem e queda de casco;
- Avalanches, aluimentos e/ou deslizamentos de terrenos, queda de terras ou de pedras resultantes de escorregamento de barreiras;
- Tempestades, ciclones, inundações, sismos erupções vulcânicas, marmotes e outros fenómenos da natureza.
- Queda de aeronaves;

Coberturas Adicionais:

- Greves, assaltos, tumultos e alterações da ordem pública;
- Despesas de remoção de escombros e salvamento; (capital seguro)

- Fica garantida a extensão da cobertura de danos próprios de máquinas casco desta apólice, aos acidentes de circulação, ocorridos em estradas, vias ou caminhos, que as viaturas seguras possam sofrer.

4. FRANQUIA

4.1. Em caso de sinistro, aplica-se uma franquia fixa de 250 € sobre o valor do prejuízo indemnizável.

4.2. Nos danos causados por sismos, erupções vulcânicas e maremotos admite-se uma franquia de 5% do capital seguro.

5. FORMA DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento do prémio será anual.

LOTE VI

1. RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

1. TOMADOR DE SEGURO

- **SMAS DE VISEU**

2. ENDEREÇO DO TOMADOR DE SEGURO

- **Rua Conselheiro Afonso de Melo 3510-024 VISEU**

3. COBERTURAS DE SEGURO

3.1. Custos de Limpeza; ou Dano Corporal ou Dano Material de Terceiros; ou Transporte; decorrentes de Condições Poluentes que sejam resultantes da Atividade do Segurado e que tenham início na data ou após a Data Retroativa.

3.2. Danos Ambientais que sejam resultantes da Atividade do Segurado ou de Transporte realizado no âmbito da sua Atividade e que tenham início na data ou após a Data Retractiva e que originem Custos de Reparação.

3.3. Custos de Prevenção decorrentes dos n.ºs 3.1 e 3.2 supra;

3.4. Custos de Defesa decorrentes dos n.ºs 3.1, 3.2 e 3.3 supra;

Fica ainda convencionado que:

3.5. Os danos decorrentes da atividade de Transporte estão cobertos nos termos da presente apólice em excesso das condições e limites existentes e/ou previstos das apólices de Responsabilidade Civil Automóvel e de Responsabilidade Civil Exploração do(s) Segurado(s).

3.6. Âmbito geográfico relativo à cobertura de Transporte, nos termos indicados no n.º 3.5 supra: Portugal.

3.7. O Período Suplementar de Reclamação, de acordo com a definição da apólice, é de 12 (Doze) meses.

4. LIMITE DE INDEMNIZAÇÃO E FRANQUIA

Limite por sinistro	Franquia por sinistro
250.000,00 €	35.000,00 €

5. ÂMBITO TEMPORAL

5.1. Período: Anual

5.2. Data de retroatividade: Data de início da apólice

5.3. Período Suplementar de Reclamação: 12 meses de acordo com a definição da apólice.

6. ATIVIDADE SEGURADO

1.1. Gestão de estações de tratamento de águas residuais.

7. ÂMBITO TEMPORAL

7.1. Período: Único

7.2. Data de retroatividade: 01/03/2019

7.3. Período Suplementar de Reclamação: 12 meses de acordo com a definição da apólice.

8. LOCAIS DE RISCO

Locais de Risco	
ETAR Viseu Sul	
ETAR de Ponte do Farreco	ETAR de Cavernães
ETAR Casal Jusão	ETAR de Torredeita
ETAR Póvoa de Calde	ETAR de Gumiei/Casal Ribafeita
ETAR Lages Silgueiros	ETAR de Bodiosa-a-Velha
ETAR Passos Silgueiros	ETAR Corvos à Nogueira
ETAR Vila Corça	ETAR Póvoa Moscoso
ETAR Prime	ETAR Várzea Calde
ETAR São João Lourosa	ETAR de Travanca
ETAR Vilar de Ordem	ETAR Loureiro Silgueiros
ETAR de Carvalhal	ETAR de Queirela
ETAR de Vouguinha	ETAR Boa Aldeia

9. CONDIÇÕES ESPECIAIS APLICÁVEIS

9.1. Todas as situações de poluição preexistentes anteriores à Data Retroativa ou à Data de Início da apólice e/ou que em qualquer caso que sejam do conhecimento prévio do Segurado, encontram-se excluídos.

9.2 Exclusão de custos, despesas ou indemnizações relacionados com tanques de armazenamento subterrâneos. Clarifica-se que órgãos, parte integrante de sistemas de tratamento de águas residuais não são considerados tanques subterrâneos.

9.3. Exclusão de custos, despesas ou indemnizações decorrentes de poços de injeção de água (poços absorventes, fossas sépticas, descarga de resíduos no solo e ainda poços inicialmente concebido para a abstração de água e que lhes tenha sido dado um uso ou destino diferente).

9.4. Encontra-se excluídos quaisquer custos de limpeza e/ou reparação de aterros e/ou lagoas. Encontrando-se, contudo garantidos os custos de limpezas e reparação de continuidades, relativos a condições poluentes resultantes dos mesmos.

9.5. Exclusão de custos, despesas ou indemnizações originados em trabalhos levados a cabo pelo Segurado ou alguém por si contratado em locais de risco de terceiros.

9.6. Exclusão dos danos decorrentes da descarga de água residual, resultante da não conformidade legal e operativa dos sistemas de tratamento.

9.7. Exclusão de responsabilidade civil profissional (erros e omissões), responsabilidade civil produtos e/ou pós trabalhos.

9.8. Exclusão de custos, despesas ou indemnizações decorrentes de material contendo chumbo na sua composição.

9.9. Os danos decorrentes da atividade de transporte estão cobertos nos termos da presente proposta em excesso das condições e limites existentes e/ou previstos das apólices de responsabilidade civil automóvel e de responsabilidade civil exploração do segurado – Âmbito geográfico: Portugal.

9.10. Exclusão da responsabilidade indireta, solidária e subsidiária do segurado pelos danos causados pelas restantes empresas que partilham o local de risco com o segurado, estando apenas incluídos nos termos da presente apólice a responsabilidade ambiental decorrente da catividade do segurado.

9.11. Em caso de necessidade e emergência, o segurado poderá tomar medidas para evitar ou reduzir quaisquer consequências de condições poluentes. às despesas afetas a estas medidas designamos despesas de atenuação ou despesas de mitigação. estas despesas encontram-se garantidas, nos termos e limites da apólice.

9.12. Encontram-se garantidos, nos termos e condições da apólice, os danos resultantes de condições poluentes que surjam de operações de carga e descarga no local seguro.

9.13 As perdas resultantes de danos à biodiversidade (incluindo custos de defesa) encontram-se incluídas no limite agregado da apólice.

ANEXOS:

MUNICÍPIO VISEU:

Anexo 1 – Frota Automóvel

Anexo 2 – Relação do Património

Anexo 3 – Relação do Património – Habitações Sociais

Anexo 4 – Máquinas Casco

Anexo 5 – Listagem – Parques Infantis e Instalações Desportivas Culturais e Recreativas

Anexo 6 – Atividades Temporárias

Anexo 7 – Voluntários e CPCJ

Anexo 8 – Utentes de Instalações

Anexo 9 - Sinistralidade

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE VISEU:

Anexo 10 – Lista De Viaturas

Anexo 11 – Relação do Património

Anexo 12 - Informação ETARs

Anexo 13 - Memoria descritiva _ETAR Viseu Sul

Anexo 14 – Licença de Utilização dos Recursos Hídricos - Rejeição de Águas Residuais

Anexo 15 – Controlo analítico das ETAR

Anexo 16 – Sinistralidade